

**Comissão Parlamentar de Inquérito à Recapitalização da Caixa  
Geral de Depósitos e à Gestão do Banco**

17.<sup>a</sup> Reunião  
(17 de janeiro de 2017)

---

**SUMÁRIO**

O Presidente (José de Matos Correia) declarou aberta a reunião às 17 horas e 18 minutos.

Foi apreciado o requerimento, apresentado pelos Grupos Parlamentares do PSD e do CDS-PP, solicitando a prorrogação do prazo de funcionamento da Comissão por 60 dias, tendo sido decidido oficialiar ao Presidente da Assembleia a sua apresentação em Comissão. Usaram da palavra, além do Presidente, os Deputados João Paulo Correia (PS), Miguel Tiago (PCP) e Hugo Lopes Soares (PSD).

De seguida, procedeu-se à audição do Dr. Vítor Ângelo Mendes da Costa Martins (ex-Administrador-Geral da Caixa Geral de Depósitos), que respondeu a questões formuladas pelos Deputados Miguel Tiago (PCP), Emídio Guerreiro (PSD), João Paulo Correia (PS), Moisés Ferreira (BE) e João Pinho de Almeida (CDS-PP).

O Presidente encerrou a reunião eram 19 horas e 32 minutos.

---



O Sr. **Presidente** (José de Matos Correia): — Srs. Deputados, vamos dar início à nossa reunião.

*Eram 17 horas e 18 minutos.*

Antes de começarmos a audição do Dr. Vítor Martins, julgo que estaremos em condições de apreciar o requerimento apresentado pelos Grupos Parlamentares do PSD e do CDS-PP solicitando a prorrogação do prazo da Comissão.

Como sabem, essa questão foi discutida há quinze dias, creio, e os Grupos Parlamentares do PSD e do CDS-PP, entretanto, apresentaram um requerimento solicitando a prorrogação do prazo. Agendei a apreciação do mesmo para a reunião de hoje porque na semana passada a nossa reunião ocorreu depois do Plenário, às 18 horas, e não considerei muito adequado fazê-lo nesse dia.

A questão que tem de ser colocada aqui é esta: o requerimento suscita dúvidas ou não?

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Este?! O do prazo?!

O Sr. **Presidente**: — Sim. Isto porque, se suscitar dúvidas, o melhor seria ouvirmos primeiro o Dr. Vítor Martins e discutirmos a questão depois.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Paulo Correia.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Sr. Presidente, a minha questão não tem a ver diretamente com este requerimento. Gostaria de perguntar quantos requerimentos potestativos é que já foram solicitados por cada grupo parlamentar.

O Sr. **Presidente**: — Não tenho ideia!

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Se bem me recordo, e peço para confirmarem ou corrigirem, o grupo parlamentar requerente, neste caso, o PSD, tem direito a oito e os outros grupos parlamentares têm direito a 15. Confirme, por favor, se é assim, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Sim.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Quantos é que já foram requeridos pelo PSD e pelos outros grupos parlamentares?

O Sr. **Presidente**: — Potestativos?

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — O CDS fez um!

O Sr. **Presidente**: — Potestativos, que eu saiba, o CDS apresentou um e o PSD nenhum.

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — O PSD fez vários, mas morreram antes de nascerem.

O Sr. **Presidente**: — Sim, mas que tenha produzido efeito, nenhum.

O do CDS foi relativo à audição do Dr. António Domingues e os do PSD, que eu saiba, que tenha tido efeito, não foi nenhum.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Não houve nenhum requerimento, até agora, que tenha sido votado por esta Comissão e rejeitado, sendo, depois,

agendada a audição ou o pedido de informação pretendidos por via potestativa?

O Sr. **Presidente**: — Os requerimentos potestativos não são para pedidos de informação, são para audição, e para audição, que me lembre, e confirmar-me-ão os serviços e os Srs. Deputados, houve, de facto, uma reprovação da proposta do CDS-PP para ouvir o Dr. António Domingues, tendo apresentado, por isso, um requerimento potestativo.

O PSD apresentou os potestativos para ouvir o Dr. António Domingues e o Sr. Ministro das Finanças que, entretanto, nem sequer foram admitidos porque excediam, de acordo com o entendimento maioritário, o objeto da Comissão. Portanto, não houve mais.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Então, há um utilizado, neste momento.

O Sr. **Presidente**: — Há um só, exatamente.

Tem a palavra o Sr. Deputado Miguel Tiago.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Sr. Presidente, julgo que o requerimento não levanta dúvidas nenhuma, mas queria saber se estamos a falar de uma diligência obrigatória por parte dos Deputados que são autores do requerimento de constituição da Comissão...

O Sr. **Presidente**: — Não, é uma proposta.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — ... ou se o vão colocar à votação.

É um direito dos Deputados que subscrevem este requerimento que isto seja tacitamente aceite, portanto...

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Hugo Soares.

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — Sr. Presidente, o requerimento que eu e o Sr. Deputado João Almeida subscrevemos em nome dos dois grupos parlamentares que propõem a Comissão de Inquérito foi, de resto, consensualizado numa reunião de Mesa e Coordenadores.

Falámos todos sobre a necessidade de alargarmos o prazo e o horizonte temporal desta Comissão de Inquérito por força de vários motivos e ficámos, os dois, de apresentar esse requerimento consensualizado na referida reunião. Portanto, não é um requerimento potestativo, mas um requerimento normal, apenas para cumprir a formalidade, porque chegámos à conclusão que alguém tinha de o requerer.

Por isso, da nossa parte, creio que não há, sequer, necessidade de discussão, é aceite e votado.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Miguel Tiago, faça favor.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Sr. Presidente, posso estar enganado, mas não me lembro de ter dado acordo à necessidade de alargamento do prazo. De qualquer das formas, é provável que o prazo tenha de ser alargado, pelo menos alguns dias, não sei se 60.

Julgo que não há necessidade de colocar isto a votação. Se é um direito dos grupos parlamentares que propõem...

Não me parece que sejam necessários 60 dias. Não vamos dar apoio a um alargamento por 60 dias, o que não significa que não se dê apoio a um alargamento por algum tempo, o suficiente para ouvir, pelo menos, o conjunto de pessoas que ainda estão no rol das audições.

Propunha ao PSD e ao CDS que, não dando necessário considerar-se um requerimento potestativo, façam uso da sua capacidade de alargar o prazo, nos termos do Regime Jurídico dos Inquéritos Parlamentares.

O Sr. **Presidente**: — Há aqui uma questão jurídica, que é esta: formalmente, um requerimento potestativo de constituição de uma comissão é uma resolução da Assembleia, aprovada em Plenário, que estabelece a criação e a duração da comissão.

A resolução foi aprovada, estabeleceu a comissão, definiu-lhe o objeto e o prazo. Portanto, vai ter de haver uma nova deliberação do Plenário da Assembleia da República prorrogando o prazo por um determinado período. Não podemos fugir disto.

Portanto, a proposta tem de conter algum prazo, penso eu.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Paulo Correia.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Sr. Presidente, até esse ponto, julgo que estamos de acordo.

A questão é se o pedido de prorrogação de prazo terá de ser enviado por via dos partidos que requereram esta Comissão de Inquérito diretamente ao Plenário da Assembleia da República ou se esse pedido tem de ser ratificado na Comissão de Inquérito para que seja ela a solicitar ao Presidente da Assembleia da República.

Acho que a questão é esta.

O Sr. **Presidente**: — Tenho todas as dúvidas que seja um direito potestativo dos requerentes da Comissão, com toda a franqueza.

Tem a palavra o Sr. Deputado Miguel Tiago.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Sr. Presidente, não sou jurista, mas o que percebo é que, a requerimento da Comissão, o Plenário da Assembleia da República pode conceder adicional de 90 dias a acrescer ao inicialmente fixado.

No caso das comissões parlamentares de inquérito requeridas ao abrigo do direito a que comumente chamamos potestativo, o prazo adicional referido é de concessão obrigatória se requerido pelos Deputados dos grupos parlamentares a que pertencem os requerentes. Portanto, tem de ser o PSD e o CDS a requerer para ser concessão obrigatória.

Se for a Comissão a aprovar, pode chegar ao Plenário e até nem ser aprovado.

O Sr. **Presidente**: — Não vamos perder tempo com a questão jurídica porque, às vezes, há atos jurídicos que, ainda que de prática obrigatória, não deixam de ter de ser praticados. Mas acho que não vale a pena entrarmos por esse caminho.

Damo-nos por satisfeitos com a circunstância de haver um requerimento dos partidos que, potestativamente, exigiram a constituição da Comissão e enviamo-lo para o Plenário para aprovar uma resolução de prorrogação do prazo, sem haver necessidade de votação na Comissão?

*Pausa.*

Uma vez que não há objeções, está o problema resolvido e oficiarei ao Sr. Presidente da Assembleia no sentido de que foi apresentado um requerimento em Comissão para a prorrogação por 60 dias dos respetivos trabalhos.

Assim sendo, estamos em condições de pedir que chamem o Dr. Vítor Martins para se iniciar a audição.



*Pausa.*

Srs. Deputados, queria, em primeiro lugar, agradecer ao Dr. Vítor Martins, que aqui vem na qualidade de ex-Administrador-Geral da Caixa Geral de Depósitos, a sua disponibilidade para estar connosco e para responder às questões que lhe vão ser colocadas pelos diferentes grupos parlamentares.

O Dr. Vítor Martins, creio que nunca foi Deputado...

O Sr. Dr. **Vítor Ângelo Mendes da Costa Martins** (ex-Administrador-Geral da Caixa Geral de Depósitos): — Não.

O Sr. **Presidente**: — Mas, enfim...

O Sr. **Carlos Pereira** (PS): — Ninguém é perfeito!

O Sr. **Presidente**: — É verdade!

*Risos.*

Mas exerceu durante muitos anos cargos governamentais e, portanto, julgo que ainda se recorda, mais ou menos...

O Sr. Dr. **Vítor Ângelo Mendes da Costa Martins**: — Já foi há muito tempo.

O Sr. **Presidente**: — Mas isto é como andar de bicicleta!

*Risos.*

É sempre um gosto vê-lo, de novo, nesta Casa.

Já tive ocasião de dar conta ao Dr. Vítor Martins das regras de funcionamento da Comissão, portanto, não valerá a pena perder tempo com isso. O Dr. Vítor Martins também me deu conta de que não tem intenção de fazer uma intervenção inicial, razão pela qual podemos passar de imediato às questões.

De acordo com a rotatividade estabelecida, hoje cabe ao Grupo Parlamentar do PCP colocar as primeiras questões ao Dr. Vítor Martins. Daí que dê, desde já, a palavra ao Sr. Deputado Miguel Tiago.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Sr. Presidente, em primeiro lugar, gostava de cumprimentar o Dr. Vítor Martins e agradecer a sua disponibilidade para prestar esclarecimentos a esta Comissão de Inquérito.

A primeira pergunta que tenho para lhe fazer é: quem é que lhe colocou o convite para presidir à Administração da Caixa Geral de Depósitos?

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Doutor.

O Sr. Dr. **Vítor Ângelo Mendes da Costa Martins**: — O Sr. Ministro das Finanças, Dr. Bagão Félix.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, faça favor.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Qual era o mandato inicialmente proposto e quais foram os motivos que, passado muito pouco tempo, poucos

meses, se não estou em erro, levaram, tanto quanto nos é possível reconstruir, à apresentação, da sua parte, de um pedido de demissão?

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Doutor.

O Sr. Dr. **Vítor Ângelo Mendes da Costa Martins**: — Julgo que se refere ao momento em que o Governo decidiu a transferência do Fundo de Pensões da Caixa Geral de Depósitos para a Caixa Geral de Aposentações. Portanto, esteve relacionado... A ponderação que fiz, porque admiti na altura apresentar o pedido de demissão, teve a ver, expressamente, com a decisão que o Governo tomou de transferir o Fundo de Pensões da Caixa Geral de Depósitos para a Caixa Geral de Aposentações.

Posso enquadrar um pouco mais a situação, porque penso que a pergunta é geral mas posso precisá-la já.

De facto, quando cheguei à Caixa Geral de Depósitos, no princípio de outubro, já estava sobre a mesa a intenção do Governo de proceder a essa transferência do Fundo da Caixa para a Caixa Geral de Aposentações. Já havia, de resto, uma reacção na Caixa Geral de Depósitos, a nível dos trabalhadores e da sua comissão, manifestando-se contra.

Logo nessa altura o Conselho de Administração teve diálogo com a Comissão de Trabalhadores, com os quadros da Caixa e com os colaboradores de uma forma geral sobre esse tema, porque o Conselho de Administração, não sendo a sede da decisão do tema, era interessada nessa decisão e nós ajudámos, inclusivamente, a promover algum diálogo da própria Comissão de Trabalhadores com o Ministério das Finanças. Aliás, lembro-me até que, num dado momento, houve uma reunião entre o Ministro das Finanças e a Comissão de Trabalhadores da Caixa Geral de Depósitos em que eu próprio e, julgo, mais alguns administradores da Caixa estivemos presentes.

Nessa altura, o que estava sobre a mesa era a transferência das responsabilidades do Fundo da Caixa Geral de Depósitos até, salvo erro, 1991, ou seja, até à data em que a cobertura das responsabilidades da reforma ainda não eram do Fundo da Caixa Geral de Depósitos, que foi criado apenas em 1992, se não me engano, quando a Caixa passou a sociedade anónima. Aliás, até essa altura a Caixa Geral de Depósitos tinha um estatuto de departamento da Administração Pública e estava enquadrada com a Caixa Geral de Aposentações e, portanto, a decisão que o Governo se preparava para tomar, nessa altura, era da transferência parcial do Fundo até 1991.

Não vou dizer que se conseguiu um acordo ou que se conseguiu o acordo da Comissão de Trabalhadores para essa transferência, mas houve como que um entendimento de que o racional dessa transferência parcelar até 1991 tinha alguma lógica e, sobretudo, entendeu-se que essa transferência era feita em moldes que não afetavam os direitos dos trabalhadores.

Já mais nos finais de dezembro e de forma inesperada e surpreendente para mim – e julgo que para todos na Caixa Geral de Depósitos –, o Governo anunciou a decisão de transferir não apenas essas responsabilidades até 1991 mas as responsabilidades até ao ano 2000.

Fomos colhidos de surpresa e, quando eu fui chamado ao Ministério das Finanças e fui informado dessa decisão, reagi com desagrado, manifestei o meu desacordo e anunciei ao Sr. Ministro que ia ponderar na possibilidade de apresentar a minha demissão, porque entendia que não só a decisão não era boa para o ambiente e para o clima do trabalho e de relações de trabalho na Caixa Geral de Depósitos como, sobretudo, entendi que o método também não tinha sido correto, porque essa decisão foi tomada sem qualquer audição, sem qualquer consulta, nem ao Conselho de Administração nem à Comissão de Trabalhadores.

Foi, pois, nesse contexto que admiti e ponderei a possibilidade de apresentar a demissão. Acabei por não o fazer depois de uma reflexão que

foi feita, naturalmente, com os meus colegas do Conselho de Administração, por razões que posso aqui recordar de uma forma muito direta: em primeiro lugar, porque confirmámos, da análise da decisão da transferência do Fundo, que não haveria prejuízo nos direitos dos trabalhadores da Caixa Geral de Depósitos; em segundo lugar, porque confirmámos também que não haveria impacto patrimonial para a Caixa Geral de Depósitos, dado que o reforço do Fundo de Pensões, que acabou por ser feito para provisionar todas as responsabilidades, seria objeto de uma compensação por via de um aumento de capital que o acionista Estado assumia; em terceiro lugar, porque ponderei também que, nessa altura, o Conselho de Administração tinha praticamente terminado aquela que era a sua prioridade de missão na Caixa Geral de Depósitos, que era a da reestruturação e revitalização da banca de retalho, que tinha sido uma prioridade assumida no início do mandato e nós tínhamos esse plano pronto para lançar logo no início do ano seguinte.

Acresce que também pensámos, eu em particular, que a saída do Conselho de Administração naquela altura ia apenas somar uma outra tensão e uma outra incerteza à tensão que a própria decisão do Governo já tinha provocado.

Por último, devo dizer que o Sr. Ministro das Finanças, na altura, quando eu lhe anunciei essa minha possibilidade de confirmar o pedido de demissão, me frisou – lembro-me disso, embora não consiga replicar exatamente as suas palavras – que esta era uma decisão do Governo, tomada em nome do interesse nacional, era uma opção política que o Governo assumia por questões, que sabemos, relacionadas com as finanças públicas, que não visava a Administração da Caixa Geral de Depósitos, em quem o Governo tinha confiança, sendo que entendiam também que os direitos dos trabalhadores estavam salvaguardados.

Por isso, o Sr. Ministro pediu-me para eu pensar, reiterou a sua confiança e tudo isto me levou, a mim e aos meus colegas do Conselho de

Administração – e eu fui talvez um pouco longo na minha resposta e peço desculpa – a ponderar e a entender que a decisão correta era a de prosseguir com o nosso mandato.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Sr. Doutor, os direitos dos trabalhadores, depois, não terão sido inteira e integralmente salvaguardados, pois julgo que há uma parcela das percentagens de atualização que não ficou inteiramente salvaguardada – como foi aqui confirmado pelo Dr. Bagão Félix – e os interesses do Estado também não foram salvaguardados, quer pelas responsabilidades assumidas quer pelos juros que ainda hoje paga à Caixa por essa operação.

De qualquer das formas, o Sr. Doutor referiu que, inicialmente, o mandato que o Ministro das Finanças de então lhe colocou era o de redinamizar a banca de retalho.

Além disso, qual era o ponto de partida da Caixa Geral de Depósitos quando iniciou o seu mandato, para além desse grande desígnio de dinamização da banca de retalho? Quais eram as linhas fundamentais que lhe foram transmitidas pelo Ministro das Finanças Bagão Félix para a condução do seu mandato?

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Doutor.

O Sr. Dr. **Vítor Ângelo Mendes da Costa Martins**: — Srs. Deputados, peço que compreendam que faça aqui um pequeno introito histórico, porque acho que isso é importante para falar das missões que eu e o meu Conselho de Administração, o Conselho de Administração a que presidi, assumimos quando entrámos na Caixa Geral de Depósitos.

A Caixa Geral de Depósitos teve, sensivelmente, uma década, mais ou menos, entre 1992/93 e 2003/4 em que teve profundas alterações no seu perímetro de atividade e na sua estrutura.

De facto, foi uma década cheia de desenvolvimentos para a Caixa Geral de Depósitos: a Caixa tinha passado de um departamento de Administração Pública para um banco em concorrência plena; tinha perdido privilégios que tinha – a Caixa Geral de Depósitos tinha certos privilégios no sistema financeiro português, enquanto parte da Administração Pública – e, nesse período de 10 anos, não só teve de adaptar-se a esse modo de competição aberta com todo o sistema financeiro, com os outros bancos do sistema, como teve de se adaptar ao mercado único europeu e teve de se adaptar ao euro em termos de impactos que isso teve no sistema financeiro, que foram, como bem sabem, intensos.

Depois, a Caixa teve ainda vários desenvolvimentos, nomeadamente a nível da internacionalização, pois foi um período em que foram feitas várias aquisições para internacionalizar a Caixa Geral de Depósitos, nomeadamente em Espanha e no Brasil, que foram importantes segmentos da atividade externa da Caixa Geral de Depósitos.

Por outro lado, a Caixa integrou a Mundial Confiança, na altura do desmembramento do Grupo Champalimaud, em que somou o negócio de seguradoras, criou uma Caixa de banca de investimento, porque adquiriu, nessa altura, o Banco Chemical, integrou o Banco Nacional Ultramarino, que é uma coisa de que se fala pouco mas que foi extremamente importante com tudo o que trouxe para dentro da estrutura da Caixa Geral de Depósitos – aliás, durante algum tempo julgo que a Caixa era detentora do BNU e a integração só ocorreu posteriormente, mas muito antes do meu conselho de administração –, impulsionou participações que, na altura, se consideravam estratégicas, e os Srs. Deputados lembrar-se-ão que houve uma altura em que se falava muito em Portugal nos campeões nacionais, grandes empresas que

tinham um papel especial na economia e era necessário que a Caixa Geral de Depósitos, em certa medida, desse apoio a essas participações estratégicas. Falo da PT, da EDP, da REN e de muitas outras.

Ora bem, estou a fazer este histórico e peço desculpa do tempo que estou a levar, porque me parece importante para enquadrar qual foi a missão do Conselho de Administração a que presidi.

Na altura, pareceu-nos – e isto foi concertado com o Sr. Ministro das Finanças em termos dos nossos propósitos e da nossa orientação para a gestão da Caixa – que a Caixa Geral de Depósitos estava, de facto, a perder velocidade no *core* da sua ação, estava a crescer menos do que o resto do setor, mesmo até em áreas que eram, digamos, históricas e onde a Caixa era classicamente muito forte, como os depósitos e o crédito hipotecário, e, por isso, pareceu-nos que, depois de um período de grande dispersão de iniciativas, de grande alargamento do foco de ação, do raio de ação da Caixa Geral de Depósitos, era preciso voltar a pôr o foco no essencial da atividade da Caixa que era a de banca de retalho. Esta foi a primeira prioridade.

A segunda prioridade que tínhamos, também concertada com o Ministro das Finanças, foi a de reforçar as funções de controlo de gestão, de gestão de risco e de *compliance*, não apenas porque essas – e não preciso de o dizer aqui, porque todos o sabemos – são funções absolutamente centrais, críticas, em qualquer instituição financeira, mas também porque essas funções permitem desenvolver ganhos de eficiência, que era também um dos aspetos onde a Caixa Geral de Depósitos revelava alguma perda e estava desalinhada dos outros bancos, e, finalmente, porque estávamos em cima da aprovação de Basileia II, que trouxe novas exigências regulatórias e que obrigava, de facto, a Caixa Geral de Depósitos a ter um posicionamento mais capaz relativamente a estas funções.

A terceira prioridade que tínhamos era a de aprofundar e cultivar um clima de interação entre a administração e as estruturas da casa – direção,



comissão de trabalhadores, redes, nomeadamente a rede comercial – e, depois, se o Sr. Deputado quiser, posso comentar um pouco o que é que me propus fazer, e foi feito, sobre essa matéria, mas essa também era uma prioridade.

A quarta prioridade era a de rever a posição internacional da Caixa. A Caixa tinha-se dispersado bastante, tinha uma posição muito vasta, que, às vezes, até parecia um pouco aquilo a que eu chamaria uma manta de retalhos, porque, porventura, criada ao abrigo de oportunidades que tiveram de se instalar em certas geografias, e, dentro dessas prioridades da área internacional, naturalmente, avultava Espanha, que era uma das posições onde a Caixa não estava a ter a rentabilidade desejável.

Finalmente, uma outra prioridade era a da reorganização do modelo de *governance* do Grupo Caixa Geral de Depósitos.

Não vou repetir, mas o Grupo estava muito disperso por seguros, hospitais, banca de investimento, banca de retalho, áreas internacionais e pareceu-nos – ao Ministro das Finanças e a mim próprio, que fui eu que dialoguei com ele sobre esta matéria – que era uma área que deveria ser assumida em termos de encontrar o melhor modelo de *governance* para a Caixa Geral de Depósitos.

Foram nestes cinco pontos que encontrámos aqueles que foram os focos essenciais da nossa missão.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Considera que conseguiu levar a cabo no essencial essas tarefas?

Gostava ainda de lhe perguntar se chegou a ter conhecimento de deficiências ou debilidades que mereçam nota nos sistemas de gestão e avaliação do risco da Caixa, no *compliance*, no controlo e avaliação do risco

na concessão de crédito — no passado, claro, porque só lhe posso perguntar sobre o passado —, se estavam identificados problemas concretos nessas áreas, nomeadamente do risco.

O Sr. **Presidente**: — Queria só dar uma justificação. Houve um problema técnico e não consegui pôr a contagem do tempo em funcionamento. O Sr. Deputado tinha gasto cerca de 2 minutos, pelo que dispõe de 6 minutos.

Faça favor, Sr. Doutor.

O Sr. Dr. **Vítor Ângelo Mendes da Costa Martins**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Miguel Tiago, estive 10 meses no Conselho de Administração da Caixa, julgo que 10 meses e um dia, para ser mais preciso.

Portanto, não esperará que lhe diga que tenha cumprido todas as prioridades que assumi como missão para a Administração da Caixa. Não.

Penso que o projeto Líder — foi como o designámos — de relançamento da banca de retalho foi lançado e foi começado a realizar de uma forma satisfatória. Aliás, penso que isso é reconhecido amplamente.

Relativamente ao diálogo interno com a casa, acho que demos passos muito significativos, num diálogo continuado com os quadros da casa, com a Comissão de Trabalhadores. Não vou estar a fazer grandes comparações com o que me antecedeu, porque não tenho dados muito seguros, mas duvido que em administrações anteriores esse diálogo tenha sido tão intenso como foi enquanto estive no Conselho de Administração da Caixa Geral de Depósitos.

De resto, tivemos até uma preocupação — já agora, adianto isso — de posicionar a Caixa também num contacto com o terreno e lançámos uma iniciativa a que chamámos Conselho Aberto, em que, todos os meses, o Conselho escolhia uma geografia onde visitávamos todas as agências,

contactávamos clientes, contactávamos com responsáveis e avaliávamos, no terreno, como a Caixa estava a fazer o seu desempenho. Acho que, nessa matéria, avançámos.

Na parte internacional, avançámos na questão de Espanha, mas o resto ainda ficou por encarar; na reorganização do modelo de *governance* não chegámos lá, seguramente.

O Sr. Deputado fez uma outra pergunta, relacionada com a questão da gestão de risco, nomeadamente risco de crédito — julgo que foi o que precisou — e *compliance*. Debilidades que viessem de trás, não, ou talvez apenas uma: quando o Conselho de Administração assumiu funções os sistemas de informação — estou a falar de sistemas informáticos da Caixa Geral de Depósitos — eram, claramente, insuficientes face àquilo que eram as exigências da casa. De resto, o anterior Conselho de Administração já tinha lançado uma iniciativa para atualizar esses sistemas e foi necessário, logo nos primeiros tempos, enfrentar essa situação, porque sem sistemas de informação capazes era muito difícil avançar numa gestão de risco rigorosa.

Quanto à *compliance*, julgo que foi o meu Conselho de Administração que lançou o gabinete de *compliance* e nomeou o *compliance officer*. Julgo que já havia um trabalho preparatório anterior, mas foi durante a minha presença na Caixa que isso foi feito.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Mas, Sr. Doutor, não teve nota, na altura, da existência de problemas profundos já detetados, quer de método, quer de crédito já avaliado, por ter sido concedido sem a avaliação de risco devida? Não teve, nessa altura, uma nota específica sobre o facto de terem uma grande debilidade na avaliação de risco?

É que disse que a Caixa não estava nesse patamar, ou seja, que nessa área não estava a par dos restantes bancos portugueses, e gostava de perceber se não estava a par porque não utilizava ainda os mesmos métodos ou se porque tinha problemas detetados nos departamentos relacionados com o crédito e com a avaliação de risco.

Mas aproveito, Sr. Doutor, para lhe fazer já uma outra pergunta, sobre a relação da Administração da Caixa com os governos. Apesar de o seu mandato ter sido curto, de 10 meses, acabou por atravessar dois governos e gostava que nos pudesse explicar como é que era feita a relação entre a Administração da Caixa e cada um dos governos com os quais trabalhou.

O Sr. Dr. **Vítor Ângelo Mendes da Costa Martins**: — Sr. Deputado, não dei conta de problemas relacionados com a gestão de risco de crédito, tirando o facto de haver alguma debilidade dos sistemas de informação. Mas devo dizer-lhe que aquilo que eram as normas e os procedimentos que encontrei na Caixa Geral de Depósitos, em matéria de atividade de crédito, nos pareceram perfeitamente corretos.

O que referi, de desalinhado com a concorrência, foi na questão da eficiência. Aí sim, a Caixa tinha um défice de eficiência no confronto com outros bancos, o que levou, por exemplo, a que tivéssemos tomado uma iniciativa, logo no início da nossa gestão, de criar uma unidade de controlo de custos e de visitar os custos que a Caixa tinha, de maneira a promover uma maior eficiência.

As relações da Caixa com os dois governos e com dois Ministros das Finanças com quem me relatei foram relações absolutamente normais — quer com o Ministro Bagão Félix, quer com o Ministro Campos e Cunha —, regulares, fluídas, transparentes, leais, é assim que as considero.

O único momento de tensão que tive com um governo foi com a questão do fundo de pensões, que já descrevi há pouco. Nessa altura senti,

de facto — e já o descrevi, penso eu, com algum detalhe até —, que houve uma relação do Governo que não foi transparente com a Administração da Caixa e com a própria Caixa Geral de Depósitos.

Em tudo o mais, essa relação pautou-se sempre por um diálogo extremamente fluído. Talvez aproveite aqui para dizer que acho que o acionista Estado não pode ser visto como o acionista de uma instituição privada. O diálogo de uma administração com um acionista que é o Estado tem de ser, normalmente, mais intenso, mais regular, pelo dever de informação e de prestação de contas.

As próprias questões estratégicas que a instituição Caixa tinha recomendam — para não dizer obrigam — que haja esse diálogo muito intenso. E ele aconteceu sempre de uma forma extremamente fluída e direta e não tenho qualquer observação a fazer. Talvez só este aspeto: esse diálogo foi sempre feito entre mim e o Ministro das Finanças, numa ou noutra ocasião com presença de outros administradores, especificamente. Lembro-me de uma reunião também com a Secretária de Estado do Tesouro, em que estive acompanhado por um administrador, para falar sobre as contas de 2004, mas, normalmente, esse diálogo era feito diretamente entre mim e o Ministro das Finanças.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Doutor, é compreensível a identificação dessa tensão em torno do fundo de pensões, até porque se considera que o Governo não foi transparente — foi a sua palavra mas eu diria mais, não terá sido leal — na forma como lidou com o Fundo de Pensões da Caixa. Aliás, se considera que não o foi com a Administração, o que dizer com os trabalhadores. O que terão pensado os

trabalhadores, que, aliás, julgo, na altura, até promoveram uma greve com uma grande expressão?!

A relação com o Governo era feita estritamente ao nível do Ministério das Finanças — Administração da Caixa e Ministério das Finanças. Julgo que ainda se terá relacionado, muito provavelmente por muito pouco tempo, com o outro Ministro das Finanças que substituiu Campos e Cunha após a sua demissão, mas, antes disso, queria perguntar-lhe — e não sei se tem acompanhado as reuniões desta Comissão de Inquérito — se, durante o exercício do seu mandato e durante o mandato do Ministro das Finanças Campos e Cunha, alguma vez sentiu, direta ou indiretamente, ou porque sabia da existência dessa pressão ou porque a sentia diretamente, alguma pressão sobre a Administração da Caixa Geral de Depósitos com origens políticas. Já agora, pergunto se alguma vez isso lhe foi colocado frontalmente, por parte de algum membro do Governo, em qualquer tipo de registo, formal ou menos formal, mas numa conversa. Enfim, seria razoável que, havendo essas pressões, frontalmente, o acionista e a administração também conversassem sobre isso.

O Sr. Dr. **Vítor Ângelo Mendes da Costa Martins**: — Sr. Deputado, serei muito claro porque que tenho memória suficiente para poder ser bastante direto na resposta. Em nenhum momento fui abordado, fosse sob que forma fosse, no sentido de ser exercida sobre mim uma pressão vinda do Governo. Em nenhum momento!

No Governo em que estava o Prof. Campos e Cunha, o meu diálogo foi sempre com ele, tirando uma reunião, que já referi, com a Secretária de Estado do Tesouro. Foi sempre com ele.

Em nenhum momento houve, da parte do Ministro das Finanças, qualquer referência de onde pudesse intuir pressão sobre a Administração da Caixa Geral de Depósitos.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, faça favor.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Portanto, a ideia de que estava a ser exercida uma pressão, ainda que indireta — porque era através do Ministério das Finanças —, por parte do Governo para uma eventual substituição da Administração da Caixa Geral de Depósitos ter-lhe-á passado despercebida?

O Sr. Dr. **Vítor Ângelo Mendes da Costa Martins**: — Sr. Deputado Miguel Tiago, durante um largo período de 2005 houve, como todos sabem, rumores, notícias na comunicação social que davam nota de uma eventual intenção do Governo de, enfim, alterar a Administração da Caixa Geral de Depósitos.

Esses rumores existiam, a comunicação social dava conta disso e, portanto, não vou dizer que não foi tema do qual nunca me apercebi. Agora, sou claro em dizer que nunca recebi do Governo, nem sinalizada de forma indireta, qualquer pressão que fosse nesse sentido.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado Miguel Tiago.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Sr. Doutor, numa reunião desta Comissão de Inquérito, o Dr. Campos e Cunha referiu que a primeira pessoa a quem tinha comunicado a sua saída tinha sido precisamente ao Dr. Vítor Martins e que o teria feito como uma espécie de alerta de que «agora vou eu e depois vais tu»...

*Risos.*

Não sei se terá sido exatamente assim, mas foi assim que foi dado, aqui, a entender. Aproveito para lhe perguntar, precisamente sobre isto, como é que foi, depois, o restante processo.

Diz-nos que durante o exercício do mandato de Campos e Cunha a relação foi natural, que as pressões eram inexistentes, apesar de existirem rumores, rumores esses que, curiosamente, foram utilizados por Teixeira dos Santos para justificar a demissão da Administração que integrava, como Presidente.

Portanto, o que tínhamos em interesse perceber era a forma como se desenrolou esse processo. O facto de o seu mandato, a sua natureza, ter ou não atingido os objetivos alguma vez foi questionado? Alguma crítica foi dirigida ao exercício do seu mandato e à forma como levava a cabo as suas tarefas? Durante um largo período não havia pressões, depois muda o Ministro das Finanças e, de repente, é demitido para ser nomeada uma nova administração. Se nos pudesse detalhar um pouco este processo julgo que também poderia ser útil.

O Sr. Dr. **Vítor Ângelo Mendes da Costa Martins**: — Sr. Deputado Miguel Tiago, de facto, eu e o Prof. Campos e Cunha...

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Sr. Doutor, desculpe-me interrompê-lo mas, como o meu tempo terminou, gostaria, com a permissão do Sr. Presidente, de fazer mais uma pergunta, até porque terei de me ausentar da reunião e já não vou voltar a intervir.

O Sr. **Presidente**: — Sim, Sr. Deputado. Faça favor.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Muito obrigado, Sr. Presidente, pela sua tolerância.



Aproveito, então, para deixar claro e lhe perguntar, a acrescer àquilo que já lhe perguntei, qual foi a justificação concreta que lhe foi dada, se é que lhe foi dada alguma, quais foram os erros identificados, se é que foi identificado algum, e se durante o seu mandato, enquanto Presidente do Conselho de Administração da Caixa, alguma vez teve contactos com o Dr. Carlos Santos Ferreira ou com Armando Vara sobre a passagem do testemunho, ou até antes disso.

O Sr. Dr. **Vítor Ângelo Mendes da Costa Martins**: — Como dizia há pouco, não posso subscrever essa imagem/diálogo que eu possa ter tido com o Prof. Campos e Cunha porque não nos tratamos por «tu». Ficámos com uma boa relação, mas a conversa não teve o tom que o Sr. Deputado lhe deu.

Mas vejamos: o único momento em que, de facto, o Prof. Campos e Cunha comentou diretamente comigo as pressões que terá tido para substituir a Administração da Caixa foi justamente num telefonema que me fez posteriormente à carta de demissão que apresentou. Não sei se fui o primeiro ou se fui o décimo com quem falou, disso não faço ideia. Mas que comentou isso comigo, comentou, dizendo-me que a carta que tinha entregue com o pedido de demissão tinha expressamente, como um dos aspetos em que ele era crítico, a referência às pressões que teria recebido para substituir a Administração da Caixa. E lembro-me de termos comentado que isso aprofundava um cenário de incerteza sobre o que se poderia passar na Caixa. Mas não mais do que isso.

Relativamente ao processo de saída — julgo que foi essa a sua questão —, esse processo foi muito simples. O Sr. Ministro das Finanças chamou-me ao Ministério das Finanças no dia 1 de agosto de 2005... Estou a recuperar memória de coisas ocorridas há 12 anos. E, naturalmente, 12 anos,...

O Sr. **Presidente**: — São 12 anos!

O Sr. Dr. **Vítor Ângelo Mendes da Costa Martins**: — ... sobretudo para a minha idade,...

O Sr. **Presidente**: — Não apoiado!

O Sr. Dr. **Vítor Ângelo Mendes da Costa Martins**: — ... levam a que haja muitas falhas de memória, a não conseguir reproduzir exatamente, palavra por palavra, o que se passou, e há factos que escapam e situações que esquecemos.

Agora, essa reunião que tive no dia 1 de agosto com o Sr. Ministro, Prof. Teixeira dos Santos, é daquelas que dificilmente esqueço e que retenho com alguma clareza na minha memória. De facto, foi uma reunião que demorou uns minutos breves e em que me foi anunciada a decisão do Governo de me demitir da Administração da Caixa Geral de Depósitos.

Fui eu que tomei a iniciativa de perguntar ao Sr. Ministro das Finanças as razões por que o Governo tinha tomado essa decisão. A resposta que me foi dada foi tudo menos clara. A única coisa que retive foi uma referência relativamente vaga ao «episódio», chamemos-lhe assim, do Fundo de Pensões, não tendo havido qualquer outra referência. Penso que a minha memória sobre uma reunião que durou minutos, mas que teve um grande impacto sobre mim — e peço desculpa de o sublinhar aqui —, foi um dos momentos mais difíceis que tive na minha vida. Portanto, isso mantém-se presente no meu espírito.

Recordo também, e com isso respondo à última questão que me colocou, que fui para o Ministério das Finanças, nessa manhã do dia 1 de agosto, absolutamente convicto de que se tratava de uma troca de impressões

sobre a situação da Caixa, sobre os desafios que a Caixa iria enfrentar e preparei-me até — hoje, poderia dizer-se ingenuamente — com um *dossier* volumoso sobre todas as grandes questões que a Caixa tinha. E foi assim que entrei no gabinete do Sr. Ministro das Finanças.

Esse mesmo *dossier* — e saí de lá como entrei, com ele no mesmo estado — foi o *dossier* que entreguei numa reunião que tive com o Dr. Carlos Santos Ferreira. Não tive nenhuma reunião com o Dr. Armando Vara. Com o Dr. Armando Vara cruzei-me várias vezes em reuniões de quadros, na Caixa Geral de Depósitos, porque era quadro da Caixa Geral de Depósitos. Assim, por diversas vezes, cruzámo-nos nesses encontros.

Mas com o Dr. Carlos Santos Ferreira tive uma reunião na Caixa Geral de Depósitos para transmissão dos *dossiers*. E esse mesmo *dossier*, que não entreguei ao Sr. Ministro das Finanças, entreguei-o ao Dr. Carlos Santos Ferreira, o qual, já agora — e posso dizê-lo também porque é público —, elogiou, incluindo publicamente, a qualidade dos *dossiers* na transmissão da administração da Caixa Geral de Depósitos.

O Sr. **Presidente**: — Terminada que está a intervenção do Sr. Deputado Miguel Tiago, em nome do PCP, passamos ao Grupo Parlamentar do PSD.

Tem a palavra o Sr. Deputado Emídio Guerreiro.

O Sr. **Emídio Guerreiro** (PSD): — Sr. Presidente, começo por cumprimentar o Sr. Dr. Vítor Martins, agradecendo-lhe a sua presença e sobretudo a sua clareza nas respostas às questões.

O Sr. Doutor já nos foi deixando várias informações, respondendo a múltiplas questões, que, provavelmente, se irão repetir ao longo desta tarde, porque todos nós temos a intenção de procurar esclarecer melhor uma ou outra dúvida que temos.

Gostaria de começar pelo início. O Sr. Doutor assumiu as funções de Presidente do Conselho de Administração da Caixa Geral de Depósitos em outubro de 2004, após um período um pouco turbulento na história da instituição, com notícias várias acerca de alguma tensão que existia, dentro daquilo que era na altura o modelo de *governance* da própria Caixa Geral de Depósitos, entre os principais protagonistas. Ora, a primeira questão que lhe deixo é como é que classifica essa herança e qual foi o impacto que ela teve nos primeiros dias de organização do seu mandato.

O Sr. Dr. **Vítor Ângelo Mendes da Costa Martins**: — O Sr. Deputado chamou-lhe turbulência. Ora, não sei avaliar muito bem tudo aquilo que se passou, mas era público que aquele Conselho de Administração não correu bem. A prova é que... E, já agora, é interessante recordar aqui que a Administração a que tive a honra de presidir entrou para completar um mandato que tinha sido interrompido. Portanto, a anterior Administração esteve apenas alguns meses.

Aquilo que nos pareceu, desde logo, no primeiro embate, se bem me lembro, da administração da Caixa, para além de alguns *dossiers* que estavam a sofrer um pouco com isso, como seja, por exemplo, e já aqui citei, a questão dos sistemas de informação que era crítica para o funcionamento da Caixa e a que tivemos de lançar mão para não prejudicar o negócio, o controlo de gestão, a gestão de risco e tudo o mais, o que nos pareceu, repito, o que sentimos foi que havia na Caixa Geral de Depósitos alguma ansiedade, o ambiente era de ansiedade. Não vou dizer mais do que isso, não usaria a palavra «tensão», mas havia ansiedade, porque, no fundo, tinham sido vários meses em que muita discordância, muita divergência tinha sido anunciada para fora. E daí também nos parecer que era fundamental retomar, desde logo, o diálogo com a instituição.

Acho importante dizer isto: no primeiro dia em que o Conselho de Administração entrou na Caixa Geral de Depósitos reuniu com todos os quadros da Caixa — não foi no dia seguinte, foi no primeiro dia. E se não foi no dia seguinte, foi nos dois ou três dias a seguir, reunimos com a Comissão de Trabalhadores. Ou seja, sentimos que a casa precisava de ter a proximidade da administração, de ter a possibilidade de levar por diante um diálogo com as estruturas hierárquicas da Caixa.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Emídio Guerreiro** (PSD): — O Sr. Doutor, na altura, teve oportunidade de reunir com os seus antecessores. Só com um ou com ambos? Ou seja, só com o Presidente do Conselho de Administração ou também com o Presidente da Comissão Executiva?

O Sr. Dr. **Vítor Ângelo Mendes da Costa Martins**: — Reuni só com o Sr. Prof. António de Sousa.

O Sr. **Emídio Guerreiro** (PSD): — E nessa reunião foram-lhe transmitidas, de alguma forma, aquelas que eram as principais preocupações do Conselho anterior, algumas situações pendentes, algumas situações complicadas que o Sr. Doutor teria de gerir de imediato?

O Sr. Dr. **Vítor Ângelo Mendes da Costa Martins**: — A troca de impressões foi breve e foi, de entre as questões que já enunciei, para aquilo que era a missão que o Conselho de Administração tinha. E havia uma convergência bastante grande sobre o diagnóstico dos desafios e dos problemas e das questões que era necessário enfrentar.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Emídio Guerreiro** (PSD): — Ou seja, no início das suas funções, estavam perfeitamente balizadas as fragilidades, as forças, enfim, as oportunidades que existiam para o exercício do seu mandato. Ora, o que lhe pergunto tem a ver com o seguinte: foi também publicitado na altura que o Eng.º Mira Amaral tinha deixado um documento — pouco tempo antes, penso que no verão, em 2004, talvez em julho, as notícias dos jornais são mais ou menos dessa altura —, onde fazia um diagnóstico da Caixa que seria bastante completo e, sobretudo, muito preocupante para o futuro.

A questão que lhe coloco é se esse documento, na passagem de testemunho, lhe foi dado, ou se posteriormente teve de alguma maneira conhecimento do mesmo.

O Sr. Dr. **Vítor Ângelo Mendes da Costa Martins**: — Sr. Deputado Emídio Guerreiro, não me lembro desse memorando, nem desse documento. Lembro-me de intervenções públicas do Eng.º Mira Amaral em que ele referiu algumas fragilidades que a Caixa Geral de Depósitos tinha, algumas das quais, de resto, consensuais — a perda de velocidade da banca de retalho e tudo isso —, mas não me lembro de ter tido acesso ao memorando, de ele me ter sido entregue, pelo que não posso sequer comentá-lo.

O Sr. **Emídio Guerreiro** (PSD): — Agora, vou colocar-lhe uma questão um pouco mais opinativa — à qual, segundo as regras desta Comissão, o Sr. Doutor é livre de responder, ou não, se assim o entender —, que tem a ver com o facto de o senhor suceder a um modelo de governação que era diferente daquele que o senhor, depois, veio a conduzir. Ora, também fruto da sua experiência, gostaria de saber, se entender que pode contribuir com esse esclarecimento, o seguinte: na sua opinião, qual seria o melhor

modelo para uma entidade como a Caixa Geral de Depósitos, à data e mesmo agora?

O Sr. Dr. **Vítor Ângelo Mendes da Costa Martins**: — Antes de fazer um comentário, pois nem lhe chamaria opinião, sobre a questão que colocou, que é muito relevante, gostaria de fazer um enquadramento.

Na altura, quando fui convidado pelo Ministro das Finanças, Dr. Bagão Félix, ele disse que a opção do acionista era clara, era a de voltar a um modelo em que havia um único conselho de administração, um único órgão, portanto, executivo, e não o modelo anterior que tinha vigorado e que, no entender dele, não tinha corrido bem — julgo que no entender dele e no de praticamente toda a gente.

Relativamente à opinião que me pede, acho que o Grupo Caixa tem uma dimensão tal, tem uma dispersão, um perímetro de atividade tal que é muito razoável ter um sistema de *governance* onde haja um conselho de administração e uma comissão executiva — acho razoável. Admito até que, se tenho continuado na Caixa, pudesse vir eu próprio a propor esse modelo, porque me parecia que era importante segregar do banco Caixa Geral de Depósitos certas funções, assegurar uma *holding* que, depois, fosse focada de uma forma especializada na execução, na operação das várias áreas. Por isso, não me choca a existência de um conselho de administração que integre membros não executivos e uma comissão executiva.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Emídio Guerreiro** (PSD): — Uma das questões que tem sido suscitada diversas vezes ao longo destas audições tem a ver um pouco com a forma como podemos compreender melhor o funcionamento da própria instituição, nomeadamente no que diz respeito à atribuição de crédito, até

porque muito do que nos levou à constituição desta Comissão de Inquérito tem a ver com o facto de, na situação atual da Caixa Geral de Depósitos, verificarmos que existe um conjunto muito grande de crédito concedido que, hoje em dia, só em imparidades tem um peso brutal, são centenas de milhões de euros.

Por isso, gostaria de perceber se houve diferenças com a sua passagem pela Caixa Geral de Depósitos. Ou seja, como é que era antes, como é que era consigo, como é que os grandes créditos eram decididos, que tipo de garantias é que eram exigidas, ou não, se era caso a caso, e se de alguma forma esses grandes negócios, esse grande envolvimento da Caixa Geral de Depósitos em determinados momentos da vida da empresa, da própria instituição, eram partilhados com a tutela? No âmbito das reuniões regulares, que o Sr. Doutor disse que manteve com dois ministros, isto também era discutido, ou seja, um financiamento de 150 milhões, 200 milhões, 50 milhões, 70 milhões era, de facto, partilhado com o Governo ou não?

**O Sr. Dr. Vítor Ângelo Mendes da Costa Martins:** — Sr. Deputado Emídio Guerreiro, começo pelo fim.

Em nenhum momento tive diálogo — não com a tutela, porque não era tutela — com o acionista relativamente a operações de crédito. Em nenhum momento!

A Caixa Geral de Depósitos tinha — julgo que até já referi isso — um modelo de organização na área de crédito, sobretudo com a constituição de um Conselho de Crédito; tinha uma Direção de Risco, de resto altamente qualificada; tinha normas e procedimentos de crédito que eram boas. Onde poderia haver algumas falhas, como referi há pouco, era nos próprios sistemas de informação que sustentavam essa prática e daí — já referi várias vezes e repito — termos posto um grande foco na questão dos sistemas de informação.



As operações de crédito eram decididas, e julgo que continuaram a ser decididas, creio eu, mas no tempo em que eu estava eram decididas pelo Conselho de Crédito, sempre com a participação das áreas comerciais que normalmente propunham o crédito, com uma avaliação de risco por parte da Direção de Risco, que tinha, de resto, uma pessoa extremamente competente à frente dessa área, e pela Direção Jurídica.

Sempre este modelo foi respeitado e funcionou; era um modelo extremamente formal onde o Conselho de Administração em que eu estive cultivou e estimulou sempre essa intervenção da Direção de Risco, ou seja, as operações eram sempre analisadas em termos da oportunidade e do interesse comercial mas também da avaliação do risco.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, faça favor.

O Sr. **Emídio Guerreiro** (PSD): — Sr. Doutor, então, seria impensável, nessa altura, haver um *agrément* ou uma operação como aquela que é pública, que é conhecida de todos, de um envolvimento grande, de muito dinheiro, de muitos milhões de euros, para apoiar a aquisição de ações de um banco privado, sendo que a única garantia que a Caixa Geral de Depósitos teve foi exatamente essas mesmas ações, ou seja, papel por papel? Isso seria viável? Seria pensável, seria possível, no seu tempo, uma operação destas onde, de facto, as garantias fossem mesmo essas, correndo os riscos todos, como, aliás, veio a acontecer com perdas brutais incorporadas pela própria Caixa Geral de Depósitos?

O Sr. Dr. **Vítor Ângelo Mendes da Costa Martins**: — Não vou, digamos, especular sobre operações que não enfrentei e, portanto, aquilo que posso aqui dizer é que toda a atividade creditícia da Caixa era conduzida

debaixo das normas e procedimentos que estavam regulamentados e com o Conselho de Crédito.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Emídio Guerreiro** (PSD): — De alguma forma, foi dado a entender aqui, na Comissão de Inquérito, pelo Professor Teixeira dos Santos, que esse seria o modelo que já viria de trás e que a operação estaria a ser montada já no seu tempo — e estamos a referir-nos concretamente à questão das ações do BCP. De alguma forma, enfim, o enquadramento dado pelo Dr. Teixeira dos Santos era no sentido de que o que aconteceu já vinha de trás e que, basicamente, «nada tive a ver com isso».

O Sr. Dr. **Vítor Ângelo Mendes da Costa Martins**: — Não vou comentar o que o Professor Teixeira dos Santos terá dito. Não tenho nenhuma ideia de nenhuma operação com esses contornos.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Emídio Guerreiro** (PSD): — Então, a operação da compra das ações do BCP não estava a ser montada na altura, no seu tempo?

O Sr. Dr. **Vítor Ângelo Mendes da Costa Martins**: — Não tenho ideia nenhuma de uma operação com esse tipo de características.

O Sr. **Emídio Guerreiro** (PSD): — O Sr. Doutor já fez aqui referência à passagem por dois governos e deu nota de que, com a mudança do Governo e com a vinda do novo Ministro das Finanças, o Dr. Campos e Cunha, o relacionamento se manteve. Não sei se teve oportunidade de apresentar

aquilo que eram as prioridades e a missão que estava definida, que vinha de trás, mas pelo que percebemos aqui, na Comissão de Inquérito, isso foi bem acolhido pelo Governo e por ele próprio, ou seja, não houve aí nenhuma alteração de conduta.

Também já nos disse que não houve nenhuma pressão, o que significa que o relacionamento institucional se manteve o mesmo, ou seja, as reuniões de trabalho que tinha com o Dr. Bagão Félix continuou a ter com o Professor Campos e Cunha. Foi assim?

O Sr. Dr. **Vítor Ângelo Mendes da Costa Martins**: — Absolutamente. Confirmo, de facto. Seria até mais preciso: o rumo que a Caixa Geral de Depósitos estava a ter, e que vinha das prioridades que nós assumimos, continuou durante o Governo em que o Professor Campos e Cunha foi Ministro das Finanças.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Emídio Guerreiro** (PSD): — O Professor Campos e Cunha teve até oportunidade de dizer aqui, nesta Comissão de Inquérito, que uma das referências positivas que ele recolheu relativamente à sua administração veio até do então Governador do Banco de Portugal, Dr. Vítor Constâncio, que lhe terá dito que tinha uma boa imagem da vossa administração, do seu Conselho de Administração, do seu consulado. O que pergunto é se, de alguma forma, teve conhecimento deste *feedback* dado pelo Banco de Portugal, direta ou indiretamente, relativamente à sua gestão?

O Sr. Dr. **Vítor Ângelo Mendes da Costa Martins**: — Não, Sr. Deputado.

O Sr. **Emídio Guerreiro** (PSD): — Então, conheceu-o agora, indiretamente, e vê-se que tardiamente, mas é positivo.

Olhando agora para o final do seu consulado na Caixa Geral de Depósitos, que já teve oportunidade de explicar aqui e por isso é que não vou abordar essas questões, no que diz respeito à questão do fundo de pensões, penso que o Sr. Doutor foi bastante claro nas reservas e nos cuidados que teve no sentido de salvaguardar aquilo que era necessário na própria operação. Porém, a verdade é que também ouvimos aqui que o Sr. Doutor terá saído porque houve uma falha de confiança — foi esta a expressão utilizada aqui pelo Professor Teixeira dos Santos — e queria colocar-lhe a questão no sentido de saber de que forma é que essa falha de confiança pode ter acontecido nessa passagem de mudança de um Ministro das Finanças para outro.

O Sr. Dr. **Vítor Ângelo Mendes da Costa Martins**: — Sr. Deputado Emídio Guerreiro, julgo que decorre até do que já disse anteriormente, em resposta a outras questões que aqui foram suscitadas, que em nenhum momento senti falta de confiança do acionista no Conselho de Administração da Caixa.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Emídio Guerreiro** (PSD): — Sr. Doutor, então, se não havia falta de confiança, se estava tudo a andar, e há uma assembleia-geral que não foi feita, pergunto: qual foi a razão?

O Sr. Dr. **Vítor Ângelo Mendes da Costa Martins**: — Se se refere à assembleia-geral de aprovação de contas, foi feita. A assembleia-geral foi

feita e ficou em ata um voto de confiança na Administração da Caixa. Salvo erro — não tenho a data exata —, foi feita a meados de junho.

Poder-se-á questionar é se foi feita tardiamente, mas também se entenderá porque o Governo entrou em funções em finais de março, segundo julgo, pelo que não é assim muito estranho que tivesse havido algum atraso. Mas a assembleia fez-se, aprovou as contas e aprovou um voto de confiança na Administração.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Emídio Guerreiro** (PSD): — De facto, levanto esta questão porque foi dito aqui que não tinha sido assim, pelo Ministro das Finanças que o saneou, e a pergunta final que lhe deixo é se, de facto, considera que a sua saída foi mesmo um saneamento político, que é aquilo que cada vez mais parece aos olhos de todos nós.

O Sr. Dr. **Vítor Ângelo Mendes da Costa Martins**: — Com todo o respeito, Sr. Deputado Emídio Guerreiro, não faço interpretações sobre esse assunto.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, ainda tem uns segundos. Dou-lhe alguma tolerância.

O Sr. **Emídio Guerreiro** (PSD): — Sr. Presidente, é para agradecer ao Dr. Vítor Martins a clareza das respostas, mas também não é uma questão de interpretação, são os factos, há toda uma sequência, há um desencadear — sem qualquer explicação, um Conselho de Administração, que tinha recolhido um voto de louvor, que tinha merecido referências extremamente positivas, quer do Governador do Banco de Portugal, quer de observadores

externos — e a verdade é que aconteceu aquilo que aconteceu no dia 1 de agosto.

A pergunta final que faço é: afinal, porque é que saiu o Dr. Vítor Martins da Administração da Caixa Geral de Depósitos?

O Sr. Dr. **Vítor Ângelo Mendes da Costa Martins**: — Com todo o respeito, não sei explicar.

O Sr. **Presidente**: — Termina assim nesta primeira ronda a intervenção do PSD.

Passamos ao Grupo Parlamentar do Partido Socialista, com o Sr. Deputado João Paulo Correia.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Sr. Presidente, Caras e Caros Colegas Deputados, Srs. Representantes da comunicação social: O Dr. Vítor Martins disse há pouco que foi convidado para Presidente da Caixa Geral de Depósitos pelo Ministro das Finanças de então, o Dr. Bagão Félix. A primeira pergunta que lhe queria colocar é: quem é que convidou o restante Conselho de Administração?

O Sr. Dr. **Vítor Ângelo Mendes da Costa Martins**: — O Conselho de Administração foi concertado entre mim e o Ministro das Finanças. A maior parte dos nomes, iria dizer que quase a sua totalidade, foram por mim sugeridos e o primeiro contacto foi feito por mim, mas a responsabilidade da nomeação, da designação, como o Sr. Deputado bem sabe, é do acionista. Eu próprio fui interlocutor com as pessoas que integraram o meu Conselho de Administração, naturalmente, em concertação e com a aceitação por parte do Ministro das Finanças.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Algum dos nomes foi sugerido pelo Governo?

O Sr. Dr. **Vítor Ângelo Mendes da Costa Martins**: — Seguramente. Pelo menos um nome, de que eu me lembro, foi sugerido pelo Governo, pelo Ministro das Finanças, que foi o nome da Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Celeste Cardona.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — A Dr.<sup>a</sup> Celeste Cardona integrou o Conselho de Administração da Caixa Geral de Depósitos por sugestão do Governo de então, PSD/CDS, por proposta do Sr. Ministro das Finanças Bagão Félix. É isso?

O Sr. Dr. **Vítor Ângelo Mendes da Costa Martins**: — Julgo que disse há pouco e vou repetir: o Conselho de Administração foi constituído em diálogo entre o Ministro das Finanças e eu próprio; constituímos uma equipa em que a maior parte dos nomes fui eu que os sugeri. O nome da Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Celeste Cardona, que eu não conhecia — conhecia como figura pública que era —, foi sugerido, de facto, pelo Ministro das Finanças e eu aceitei que integrasse na minha equipa.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Do nosso ponto de vista, foi esclarecedora a resposta.

Queria colocar-lhe algumas questões relacionadas com a crise institucional que precedeu a sua entrada na presidência da Caixa Geral de Depósitos, a «guerra» institucional que houve entre o Presidente da altura, o Dr. António Sousa, e o Vice-Presidente, Mira Amaral.

Consultando a imprensa à época, somos levados a concluir que havia uma posição comum entre o Dr. António Sousa e a Dr.<sup>a</sup> Manuela Ferreira Leite, que defendiam que a Caixa Geral de Depósitos se devia organizar numa *holding*, e tínhamos depois o Eng.<sup>o</sup> Mira Amaral, como Vice-Presidente da Caixa, a defender um pouco aquilo que eu vi o Dr. Vítor Martins defender, ou seja, aquilo que é, ou que foi, o seu modelo de *governance* da Caixa Geral de Depósitos.

Na altura, foram feitas algumas afirmações por parte do Eng.<sup>o</sup> Mira Amaral — em entrevistas e em declarações públicas, e também alguma opinião publicada na imprensa veio trazer algumas afirmações — um pouco incómodas. Ao recuperar algumas delas, há uma que eu não deixo de estar tentado em recordar-lhe perguntando se, de facto, isto aconteceu ou não. Inês Serra Lopes, no *Independente*, disse, a certa altura, que o Dr. António Sousa destruiu lugares, deixou conceder crédito em condições algumas vezes duvidosas e montou um sistema de pensões e reformas verdadeiramente pornográfico. Foi esta a expressão usada no artigo de opinião. Isto é verdade ou é redondamente mentira?

O Sr. Dr. **Vítor Ângelo Mendes da Costa Martins**: — Sr. Deputado João Paulo Correia, não estou em condições de ajuizar temas passados e afirmações dos meus antecessores. Portanto, não vou fazer comentários, que seriam, de resto, mal fundados, apenas baseados numa notícia que acaba de ler.

Que a Caixa viveu um período turbulento, viveu. Que isso se sentia ainda na instituição quando tomei posse das funções de Presidente da Caixa



Geral de Depósitos, também confirmo. Agora, quanto a eu ter constatado que existiam situações irregulares e que guerrilhas anteriores tinham produzido situações que não eram claras, não tenho qualquer comentário para fazer.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Não encontrou qualquer indício, qualquer alerta de situações de concessão de crédito em condições duvidosas na Caixa Geral de Depósitos. É isso que quer dizer e refuta este tipo de acusações?

Já ouvimos alguns ex-presidentes da Caixa Geral de Depósitos: ouvimos o Dr. António de Sousa, estamos a ouvir o Dr. Vítor Martins, ouvimos o Dr. José de Matos e o Dr. António Domingues. Está aqui preenchido, certamente, metade do horizonte temporal desta Comissão de Inquérito, de 2000 a 2015, e todos os presidentes que ouvimos dizem que a política de concessão de crédito na Caixa Geral de Depósitos era à prova de bala, rigorosa e transparente e, portanto, refutam qualquer tipo de suspeita.

*Protestos do Deputado do PSD Hugo Lopes Soares.*

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Permite-me, Sr. Deputado Hugo Soares?...

Falta, obviamente, ouvir dois ou três ex-presidentes da Caixa Geral de Depósitos. Aguardaremos pelas declarações mas somos obrigados a acreditar que, de facto, ou duvidamos em tudo do que vão aqui dizendo os ex-presidentes da CGD a este respeito, relativamente à política da concessão de crédito, ou, na verdade, todos os fantasmas que lançaram contra a CGD — refiro-me aos partidos de direita — começam a esvaziar-se por completo.

Encontrei alguma contradição...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Isso não tem qualquer relevância!

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Sr. Deputado, tenha paciência, também oiço muita coisa da sua boca que me incomoda e não reajo da forma que o senhor reage nem faço os comentários que o senhor faz! Tem relevância, tem. Também tem de fazer-se algum esforço. Se concordássemos em tudo estaríamos um ao lado do outro, como acontece agora com o Sr. Deputado Hugo Soares e não comigor.

*Protestos do Deputado do PSD Hugo Lopes Soares e do Deputado do CDS-PP João Pinho de Almeida.*

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, percebo a lógica do debate parlamentar, mas, apesar de tudo, estamos perante alguém que aqui veio prestar o seu depoimento e, enfim, podemos ser um bocadinho mais contidos do que quando estamos apenas no debate entre os diferentes grupos parlamentares.

Sr. Deputado João Paulo Correia, desculpe, interrompi-o.

Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Relativamente ao plano estratégico da Caixa Geral de Depósitos para Espanha, conheceu, estudou o relatório da Roland Berger, que foi encomendado pela Caixa Geral de Depósitos?

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Doutor.

O Sr. Dr. **Vítor Ângelo Mendes da Costa Martins**: — Sim, Sr. Deputado, esse relatório foi, de facto, feito. Julgo que ainda foi concluído durante a vigência da anterior Administração da Caixa Geral de Depósitos, é a ideia que tenho — anterior à minha, ao meu Conselho de Administração —, mas foi uma das bases que usámos no Conselho de Administração a que presidi para fazer opções relativamente à operação em Espanha. Portanto, confirmo que o relatório da Roland Berger foi uma base importante para o Conselho de Administração se posicionar nas opções sobre a operação em Espanha.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — E confirma que a conclusão estratégica desse relatório era a diversificação da presença da Caixa Geral de Depósitos em Espanha?

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Doutor.

O Sr. Dr. **Vítor Ângelo Mendes da Costa Martins**: — Sr. Deputado João Paulo Correia, vou socorrer-me de notas para não falar de cor.

*Pausa.*

Estou a falar de memória, não tenho sequer o relatório nem o revisei. Mas penso que, basicamente, o que o relatório dizia, depois de analisar a operação dos três bancos em Espanha... A Caixa Geral de Depósitos começou por somar três bancos que atuavam de forma separada, o Banco da Extremadura, o Banco Luso-Espanhol e o Banco Simeon, de resto, julgo, comprados em ocasiões diversas. Já no Conselho de Administração que me

antecedeu se tinha decidido a fusão, que só veio a ser concluída, de facto, no tempo do meu Conselho de Administração.

Mas esse relatório — e ao falar do relatório estou a falar também das opções que o próprio Conselho de Administração da Caixa teve de assumir em matéria de operação no mercado espanhol —, basicamente, dizia que havia duas opções: ou sair do mercado espanhol, porque, como estava, não tinha possibilidade de ser rentável, ou ganhar escala, aumentar significativamente a sua atividade, fosse por aquisições, fosse por crescimento orgânico, para conseguir ser competitivo e conseguir ter rentabilidade.

Como o crescimento por aquisições tinha falhado — várias administrações da Caixa antes da minha tinham tentado fazer aquisições no mercado espanhol, e lembro-me de várias tentativas, que foram públicas, como o Banco Gallego, o Banco Zaragozano, o Banco Atlântico, que foram sempre falhadas —, restava só a hipótese do crescimento orgânico ou de sair. E foi dentro desses cenários, que estavam, de facto, estudados pelo relatório da Roland Berger, que o Conselho de Administração a que presidi acabou por optar, num diálogo com o acionista, bem entendido, porque era uma questão estratégica, por promover o crescimento orgânico da operação da Caixa Geral de Depósitos em Espanha.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — E confirma que, em fevereiro de 2005, a Caixa adquiriu a presença ou parte da presença do BES em Espanha?

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Doutor.

O Sr. Dr. **Vítor Ângelo Mendes da Costa Martins**: — Creio que não, pelo menos não tenho ideia disso.

Houve, de facto, aquisições que julgo que não foram feitas pelo meu Conselho de Administração. Não me lembro de aquisições que possam ter sido feitas.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Uma notícia de fevereiro de 2005 deu conta que o Banco Simeon comprou seis balcões do BES em Espanha e acrescentou que esses balcões se sobrepunham à presença do Simeon em Espanha, ou seja, da Caixa Geral de Depósitos em Espanha.

Queria chegar a este facto para chamar a atenção que isto contradiz o relatório da Roland Berger. Se o relatório concluiu que a presença da Caixa Geral de Depósitos em Espanha devia ser diversificada, a primeira operação que a Caixa fez em Espanha a seguir a este relatório foi a de adquirir seis balcões ao BES que se sobrepueram à presença do Banco Simeon nessas mesmas cidades. Na altura isto foi notícia por ser contraditório, por ser divergente da conclusão do relatório.

Tendo o Sr. Doutor sido Presidente da Caixa na altura, gostaria de perguntar-lhe por que é que isto aconteceu.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Doutor.

O Sr. Dr. **Vítor Ângelo Mendes da Costa Martins**: — Confesso que não tenho memória dessa transação. Não me parece que haja alguma contradição entre o relatório e uma aquisição pontual de alguns balcões, porque a questão de fundo não se colocava apenas entre mais cinco ou seis balcões, era, de facto, uma questão estratégica, de conseguir atingir uma

dimensão estratégica no mercado espanhol, o que não passava por meia-dúzia de balcões. Portanto, a grande opção que se colocou ao Conselho de Administração foi, de facto, a de decidir se saíamos do mercado espanhol ou se prosseguíamos o crescimento orgânico de uma forma mais rápida, para conseguir a massa crítica suficiente para sermos competitivos e rentáveis.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Quem é que convidou o Dr. Faria de Oliveira e o Dr. Carlos Costa para dirigirem a operação da Caixa em Espanha?

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Doutor.

O Sr. Dr. **Vítor Ângelo Mendes da Costa Martins**: — Fui eu, posso-lhe já aclarar isso. Mas convém precisar que o Dr. Carlos Costa era membro do Conselho de Administração e responsável pela área internacional e já detinha, no âmbito das suas funções de responsável da área internacional da Caixa Geral de Depósitos, a operação em Espanha. Portanto, ele já estava a acompanhar toda a operação em Espanha.

O Eng.º Fernando Faria de Oliveira foi convidado por mim para *chairman* do Banco em Espanha na altura em que optámos por esse crescimento orgânico, e optámos por não só fundir — já vinha de trás, mas concretizámos — os três pequenos bancos como decidimos também mudar o nome da operação em Espanha para Banco Caixa Geral.

Nessa altura fez-se mais: convidou-se o Eng.º Fernando Faria de Oliveira — que eu convidei, por decisão que o Conselho de Administração assumiu — para a liderança como *chairman* da Caixa Geral de Depósitos em Espanha, que passou depois a chamar-se Banco Caixa Geral, e decidimos

também a contratação de uma equipa executiva espanhola — que me lembre, pelo menos dois membros executivos para o banco em Espanha —, porque entendemos, na altura, que seria importante ter executivos profundamente conhecedores do mercado espanhol.

O Eng.º Faria de Oliveira assumiu funções não executivas mas como *chairman*. No fundo, competia-lhe zelar pela orientação estratégica da operação, pela representação do Banco, pelos contactos com os reguladores, pelos contactos institucionais e, portanto, fazia a ponte entre a Caixa Geral de Depósitos e a operação em Espanha.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — O plano estratégico para Espanha ficou apelidado, pelos autores, de «2-3-2». Em que consistia este plano 2-3-2, que foi lançado numa altura em que a Caixa já registava os primeiros prejuízos da sua operação em Espanha?

Aproveito também para lhe perguntar se alguma vez deu nota ao Sr. Ministro das Finanças dos resultados negativos da Caixa Geral de Depósitos em Espanha e que medidas foram tomadas como primeira resposta a esses prejuízos registados pela Caixa.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Doutor.

O Sr. Dr. **Vítor Ângelo Mendes da Costa Martins**: — Quanto a resultados negativos em Espanha, penso que não foi a primeira vez. Não tenho memória precisa mas julgo que não foi a primeira vez. Todo o enquadramento da presença da Caixa em Espanha foi, em diversas reuniões, abordado entre mim e os ministros das Finanças, porque ainda o fiz com o

Ministro Bagão Félix e, depois, com o Ministro Campos e Cunha. Foi um assunto que foi largamente debatido.

Relativamente ao plano estratégico que refere, penso, não tenho grandes dúvidas, que foi tomada a opção pelo crescimento orgânico em Espanha e pela constituição de uma equipa para o mercado espanhol mas o plano estratégico que refere foi apresentado mais tarde, já depois da minha saída da Caixa Geral de Depósitos. Não estou 100% seguro, mas penso que foi um plano que foi conduzido pelo Sr. Dr. Carlos Costa, em colaboração com o Sr. Eng.º Faria de Oliveira e com a equipa executiva espanhola e, portanto, já não o acompanhei, pelo que não estou em condições de estar a abordar aqui esse plano estratégico a que o Sr. Deputado fez referência.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Mas esse plano estratégico foi apoiado pelo Conselho de Administração da Caixa?

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Doutor.

O Sr. Dr. **Vítor Ângelo Mendes da Costa Martins**: — O plano estratégico que está a mencionar não foi apoiado pelo meu Conselho de Administração, porque ele não foi apresentado durante o meu Conselho de Administração.

O que foi apoiado e decidido no meu Conselho de Administração foi a aposta para o crescimento orgânico, com a constituição de uma equipa nova, com um *chairman* e com uma equipa executiva conhecedora do mercado espanhol, mas não o plano estratégico.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.



O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Na altura, entre o final de 2004 e o início de 2005, as notícias davam conta que o Ministro das Finanças Bagão Félix reuniu com os presidentes dos maiores bancos portugueses de forma a tratar de uma proposta de plafonamento para a segurança social que o Governo tinha na altura e que seria também uma forma de compensar os bancos pelas perdas dos PPR (Plano de Poupança Reforma).

Alguma vez reuniu com o então Ministro Bagão Félix para esse efeito?

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Doutor.

O Sr. Dr. **Vítor Ângelo Mendes da Costa Martins**: — Não me recordo de, enquanto Presidente da Caixa Geral de Depósitos, ter tido uma reunião com o Ministro das Finanças sobre essa matéria. Talvez possa ter participado nalguma reunião em que o assunto tenha sido abordado com a Associação Portuguesa de Bancos. Admito. Mas eu, diretamente, enquanto Presidente do Conselho de Administração da Caixa Geral de Depósitos e o Ministro Bagão Félix abordarmos esse assunto, não me recordo.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — A notícia cita que o Ministro das Finanças reuniu com líderes dos principais bancos portugueses e garantiu-lhes que o plafonamento da segurança social avançaria em 2005.

Fiz esta pergunta ao seu antecessor, ao Dr. António de Sousa, e ele disse que nunca reuniu com o Sr. Ministro das Finanças sobre este assunto. Se o Dr. Vítor Martins não reuniu, resta-nos perguntar ao Dr. Bagão Félix por que é que estas notícias foram tornadas públicas, porque há alguém aqui que não está a falar a verdade. Mas ficará para uma oportunidade futura.

Queria também colocar-lhe outra questão, até porque o tempo de que disponho começa a ficar limitado, que é a seguinte: na altura, era objetivo do ex-Ministro das Finanças Bagão Félix levantar o sigilo fiscal e diminuir o sigilo bancário. Isto, na altura, deve tê-lo preocupado grandemente, o senhor era Presidente da Caixa Geral de Depósitos. Qual foi a sua reação na altura? Que conversas é que teve a este respeito com o ex-Ministro das Finanças, Bagão Félix?

O Sr. Dr. **Vítor Ângelo Mendes da Costa Martins**: — É um tema sobre o qual também não me lembro de ter tido conversas com o Ministro das Finanças. Tenho a ideia de o assunto poder ter sido, digamos, agitado, em termos noticiosos, mas não tenho ideia de ter havido — pelo menos não me lembro — propostas concretas ou qualquer iniciativa governamental que requeresse resposta por parte da Administração da Caixa.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — O senhor era o Presidente do maior banco a operar em Portugal. A diminuição do sigilo bancário foi um assunto que nunca o preocupou, mesmo vindo da parte do Ministro das Finanças?

O Sr. Dr. **Vítor Ângelo Mendes da Costa Martins**: — Repito que não me lembro de nenhuma iniciativa que tenha sido tomada e que requeresse a posição da Administração da Caixa. Reitero isso.

Se está a pedir a minha opinião em termos de preocupação sobre a eventual iniciativa que atingisse o sigilo bancário e o sigilo fiscal, com certeza que a preocupação existiria, naturalmente. Mas não estou em condições hoje de me recordar exatamente... Duvido até que tenha havido alguma iniciativa, mas se houve não me recorde dela.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Queria fazer-lhe uma última pergunta muito rápida, para finalizar: em fevereiro ou em março de 2005, o Dr. Vítor Martins pediu ao novo Governo do Partido Socialista para concretizar as reformas de que o País na altura necessitaria. Esta foi uma análise ou uma avaliação crítica do anterior Governo?

O Sr. Dr. **Vítor Ângelo Mendes da Costa Martins**: — Sr. Deputado, com todo o respeito, preciso que me diga... Percebi que está a fazer uma citação,...

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Sim, estou.

O Sr. Dr. **Vítor Ângelo Mendes da Costa Martins**: — ... portanto, preciso que me diga de onde é que está a citar isso e em que momento foi.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Por altura da tomada de posse, poucos dias após a tomada de posse do novo Governo do Eng.º José Sócrates, do Partido Socialista, numa reação à comunicação social, o Dr. Vítor Martins pediu coragem para que o novo Governo concretizasse reformas. Estava a referir-se a quê? A reformas do sistema financeiro, do sistema bancário? A pergunta tem a ver com isto.

O Sr. Dr. **Vítor Ângelo Mendes da Costa Martins**: — Estamos num terreno em que, de facto, a minha memória tem dificuldade em imaginar em que contexto e em que circunstância é que eu possa ter dito isso.

A única coisa que consigo dizer neste momento é que penso que era consensual no País que o País precisava de reformas. Estávamos a viver tempos em que já tínhamos crescimento económico diminuto, já estávamos

a divergir da União Europeia, havia várias áreas que eram sinalizadas como sendo críticas e que exigiam reformas e havia uma posição consensual que exigia, de facto, respostas governamentais, e estávamos também a sair de um período em que o Governo tinha estado em gestão durante um conjunto de meses. Portanto, admito que possa ter feito uma referência no sentido de estimular os desafios que o País deveria enfrentar — admito-o.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado.

Passamos, então, ao Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda.

Sr. Deputado Moisés Ferreira, tem a palavra.

O Sr. **Moisés Ferreira** (BE): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, em nome do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, gostaria de cumprimentar o Dr. Vítor Martins e agradecer a sua presença.

Já muitas questões foram feitas e muitas respostas foram dadas, o que também facilita um bocadinho o trabalho.

Quando foi convidado pelo Dr. Bagão Félix para assumir e exercer as funções de Presidente da Caixa Geral de Depósitos, foram-lhe colocadas condições por parte do então Ministro das Finanças? E o Dr. Vítor Martins colocou condições para aceitar o cargo? Se sim, quais?

O Sr. Dr. **Vítor Ângelo Mendes da Costa Martins**: — Não, a palavra «condições», não a aplico. Houve, naturalmente, um diálogo sobre as grandes missões que a Caixa deveria levar por diante sob a nova Administração, que, de resto, numa resposta anterior já citei, e, na realidade, manifestei também a intenção de sugerir nomes e foi-me dada liberdade para os propor.

Portanto, não posso dizer que eu tenha estabelecido condições ou que o Ministro mas tenha imposto a mim.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Moisés Ferreira** (BE): — Quando o Dr. Bagão Félix aqui esteve, nesta Comissão de Inquérito, disse que o Dr. Vítor Martins teria colocado, enfim, como «condições», do ponto de vista lato, como algo importante para aceitar o cargo de Presidente da Caixa Geral de Depósitos, algumas alterações aos mecanismos e procedimentos de concessão de crédito.

Já se referiu a isso mas gostava de lhe perguntar concretamente se foi apenas uma questão de informática/informação ou se houve mesmo alterações aos procedimentos e aos mecanismos. Perguntava-lhe também se tinha alguma avaliação anterior sobre a Caixa Geral de Depósitos, alguma informação que fosse relevante e desse indicações de que seria necessário alterar esses procedimentos.

O Sr. Dr. **Vítor Ângelo Mendes da Costa Martins**: — Sr. Deputado Moisés Ferreira, lembro-me — penso que estou a ser exato — que não foi necessário proceder a alterações de normas e procedimentos na área do crédito. Lembro-me, isso sim, na conversa que tive com o Sr. Ministro das Finanças nessa altura, de ter enfatizado que a Administração ia pôr um grande foco, de facto, nas questões relacionadas com a gestão de risco, o controlo de gestão — e o controlo de gestão aqui é extremamente importante, também — e *compliance*, por razões que, de resto, até já referi.

As normas e os procedimentos são decisivos, mas também é preciso sempre acautelar a prática. Esse foi um propósito que levámos para a Caixa Geral de Depósitos, ou seja, o de cumprir normas e procedimentos, sobretudo numa área que é fundamental numa instituição financeira, que é a área do crédito.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Moisés Ferreira** (BE): — Não fez propriamente uma pequena diferença, mas enfim, não colocou no mesmo patamar, ou melhor, não assumiu que o facto de existirem normas e procedimentos se reflita no cumprimento dessas normas e procedimentos. Quando disse que era preciso acautelar a prática, suponho que também tenha tido a ver com isso.

Crê que, apesar de algumas normas e procedimentos já existirem anteriormente, por vezes eles eram incumpridos?

O Sr. Dr. **Vítor Ângelo Mendes da Costa Martins**: — Não estou em condições de fazer um julgamento sobre isso. O que posso aqui dizer é que tivemos sempre a orientação de procurar cumprir normas e procedimentos, nessa área e em todas as áreas.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Moisés Ferreira** (BE): — Qual foi a razão, se é que lhe foi comunicada ou se é que percebeu, da nomeação da Dr.<sup>a</sup> Celeste Cardona para o Conselho de Administração, que foi, pelo que se percebeu, o único elemento que o acionista fez questão de nomear?

O Sr. Dr. **Vítor Ângelo Mendes da Costa Martins**: — Não poria em termos de fazer questão, foi, de facto, um nome que foi sugerido pelo Ministro das Finanças e que aceitei, porque era um dos nomes que faltava no Conselho de Administração para assumir a área jurídica da Caixa Geral de Depósitos. Ora, a Dr.<sup>a</sup> Celeste Cardona era uma pessoa dessa área, com experiência nessa área, que eu aceitei.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Moisés Ferreira** (BE): — Portanto, na altura, terá sido essa a explicação. Suponho que o Ministro das Finanças da altura, o Dr. Bagão Félix, quando falou consigo e lhe deu «carta-branca» para escolher a sua Administração, disse «bem, mas, apesar de tudo, tem aqui um nome que faço questão que se inclua» e tenha dado explicações sobre porque é que fazia questão. Foi essa a explicação, o facto de ser necessário alguém da área jurídica?

O Sr. Dr. **Vítor Ângelo Mendes da Costa Martins**: — Exatamente, era uma pessoa qualificada nessa área. Julgo que foi dos últimos nomes na constituição da equipa, no diálogo que tive com o Ministro das Finanças foi dos últimos nomes e foi para completar a equipa na área jurídica.

Já agora, Sr. Deputado, se me permite — porventura, até fugindo às regras —, comentaria o seguinte: o Conselho de Administração a que presidi era um Conselho de competências muito diversificadas e com percursos profissionais bastante diversos, intencionalmente, porque pretendíamos que a equipa tivesse uma cobertura de experiência e de profissionalismo para dar resposta à enorme vastidão de temas que a gestão de uma instituição como a Caixa Geral de Depósitos exige.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Moisés Ferreira** (BE): — Enfim, estava a insistir um pouquinho neste ponto só por uma razão simples: é que ouvimos sempre aqui — e iremos ouvir, certamente, mais vezes — da parte dos responsáveis políticos, dos representantes do acionista Estado, a ideia de que o Governo nunca se

imiscuiu no funcionamento da Caixa Geral de Depósitos, de forma alguma, e que muitas vezes lhes estava apenas reservado, ou quase, o papel de aprovação das contas que lhes eram apresentadas.

Mas, depois, também é verdade que vamos vendo a história de conselhos de administração, de nomeações e vemos que há ali sempre uma ligação muito direta entre os Governos e determinados membros dos Conselhos de Administração, o que é paradoxal perante a declaração de independência da Caixa Geral de Depósitos, porque muitas vezes faz sugerir a ideia de que há, efetivamente, correias de transmissão dentro da Caixa Geral de Depósitos.

Passaria, então, para outra questão, que tem a ver já com as contas da Caixa Geral de Depósitos de 2004. O ano de 2004, do ponto de vista de contas, foi um ano problemático para a Caixa Geral de Depósitos, com resultados negativos acima dos 1000 milhões de euros. O que justificou estes resultados em 2004?

O Sr. Dr. **Vítor Ângelo Mendes da Costa Martins**: — Sr. Deputado, os resultados da Caixa foram positivos. A Caixa Geral de Depósitos teve resultados positivos em 2004, resultados consolidados da ordem dos 450 milhões.

O que apresentou foram resultados transitados negativos e esses resultados transitados negativos tiveram a ver com o reconhecimento que tivemos de fazer do reforço do Fundo de Pensões aquando da transferência, qualquer coisa da ordem dos 800 milhões de euros, mais imparidades — na altura não se chamavam ainda imparidades, eram menos-valias potenciais, acho eu, se a memória não me falha.

Portanto, os resultados foram positivos, quer os consolidados quer os do banco. Os resultados transitados é que foram negativos.



O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Moisés Ferreira** (BE): — Creio que uma parte considerável dessas menos-valias teve a ver com as participações no BCP. Não sei se estou correto.

O Sr. Dr. **Vítor Ângelo Mendes da Costa Martins**: — Absolutamente correto. Na altura, julgo que a Caixa já tinha «só» 2,6%, tenho a ideia de que era esse o número, mas chegou a ter muito mais. Tinha vendido uma parte da participação ainda no contexto da operação Império Bonança, mas nessa altura ainda detinha 2,6% do BCP e, de facto, uma grande parte da fatia das menos-valias potenciais foi imputada ao lote de ações do BCP.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Moisés Ferreira** (BE): — Nós, Bloco de Esquerda, temos questionado muito nesta Comissão de Inquérito a opção que se tomou aquando da venda do Banco Pinto & Sotto Mayor ao BCP, o porquê de se ter permitido que o BCP pagasse com as suas próprias ações, o que depois se revelou uma ação e uma opção errada para a Caixa Geral de Depósitos.

Em 2004, com estas menos-valias potenciais que tinham de ser registadas, começava-se a perceber que esta tinha sido uma opção que não tinha sido favorável às contas da Caixa?

O Sr. Dr. **Vítor Ângelo Mendes da Costa Martins**: — Não gostaria de tomar opiniões retrospectivas sobre operações que, de resto, antecederam muito a minha chegada à Caixa Geral de Depósitos. Que, efetivamente, para

as contas da Caixa Geral de Depósitos, não foi saudável a existência de uma participação tão considerável no BCP, é indiscutível, é público e notório.

Penso que, na altura — é uma especulação que talvez até nem devesse fazer —, foi considerado que era importante preservar, digamos, em mãos portuguesas uma boa parte do Grupo Champalimaud que estava debaixo de uma OPA e que poderia levar para o controlo de entidades espanholas um grande grupo segurador e financeiro. Penso que é aí que nasce essa participação. Aliás, não penso, tenho a certeza e todos temos.

Mas que as consequências tiveram um custo para a Caixa Geral de Depósitos é indiscutível.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Moisés Ferreira** (BE): — Outra participação que em 2004 gera menos-valias para a Caixa é na EDP. Pedia-lhe um esclarecimento porque, no final de 2004, a relação entre a Caixa Geral de Depósitos e a EDP causa algumas dúvidas. Isto porque a Caixa Geral de Depósitos, no dia 8 de novembro de 2004, aliena 4,75% de participações que detinha na EDP; no entanto, no dia 2 de dezembro, menos de um mês depois, participou na quinta fase de privatização da EDP, adquirindo uma posição de 4,82%; depois, no final do ano, quando se chega à conclusão que é necessário haver um aumento de capital, metade desse aumento de capital é feito com a entrega em espécie de ações da EDP, que serão vendidas novamente à Parpública em 2005.

Ora, a participação na EDP era estratégica para a Caixa ou a Caixa foi incumbida, de alguma forma, de participar na fase de privatização da EDP e utilizada aqui como instrumento político para viabilizar essa privatização? Pergunto o porquê desta venda e compra de posições.

O Sr. Dr. **Vítor Ângelo Mendes da Costa Martins**: — Sr. Deputado Moisés Ferreira, tanto quanto me lembro — e não sei se consigo responder à totalidade das questões que suscitou, que são várias, embora dentro do mesmo contexto —, essa operação da venda à Parpública de uma participação de 4,7%, algo por aí, que a Caixa tinha, e aproveitámos para fazer essa transação no contexto da quinta fase de privatização da EDP, deveu-se à seguinte situação: o lote de ações que a Caixa Geral de Depósitos detinha da EDP tinha o estatuto de «nacionalizadas», ou seja, não eram ações transacionáveis em bolsa, faziam parte ainda do perímetro do Estado. Como é evidente, essa situação não era conveniente para a Caixa Geral de Depósitos e, portanto, aproveitou-se essa ocasião para vender esse lote de ações nacionalizadas à Parpública — julgo que foi à Parpública e não à Direção-geral do Tesouro, não sei — e a Caixa Geral de Depósitos subscreveu um lote semelhante na quinta fase de privatização da EDP.

De resto, julgo que essa quinta fase da privatização da EDP foi feita por aumento de capital reservado aos acionistas e, portanto, a Caixa Geral de Depósitos subscreveu, com direitos de subscrição, um novo lote que então, sim, passou a ser um lote transacionável e, portanto, com um valor de mercado diferente porque passava a ter liquidez.

Não sei se respondi a todas as questões, mas o desenho fundamental foi este. Já agora, aproveito para dizer, relativamente à entrega de ações da EDP um pouco depois, que ocorreu por decisão do acionista. Julgo que o acionista fez a entrega de 400 milhões de euros em *cash* e 400 milhões de euros em ações da EDP.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado Moisés Ferreira.

O Sr. **Moisés Ferreira** (BE): — Nas conversas que teve com o Ministro das Finanças Campos e Cunha alguma vez lhe foi comunicado ou

dado a entender a intenção de demitir o Dr. Vítor Martins e substituir o Conselho de Administração?

O Sr. **Presidente**: — Só um esclarecimento, Sr. Professor. O Sr. Deputado Moisés Ferreira não estava quando respondeu.

O Sr. Dr. **Vítor Ângelo Mendes da Costa Martins**: — Já respondi.

O Sr. **Presidente**: — Sei, mas o Sr. Deputado não estava.

O Sr. **Moisés Ferreira** (BE): — Peço desculpa.

O Sr. Dr. **Vítor Ângelo Mendes da Costa Martins**: — Posso responder outra vez. Tenho todo o gosto em responder ao Sr. Deputado Moisés Ferreira.

Nunca. A única observação que tive do Ministro Campos e Cunha sobre esse tema da eventual substituição da Administração da Caixa foi num contacto telefónico posterior à sua saída. De resto, já dei esta resposta a outro Sr. Deputado desta Comissão.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Moisés Ferreira** (BE): — Agradeço ter-me dado também a resposta.

No entanto, um comunicado do Ministério das Finanças, quando justificou a demissão do Dr. Vítor Martins, fez algumas considerações que, pessoalmente, consideraria graves. Falava de falta de transparência na relação entre o Conselho de Administração e o acionista, dizia que era necessário haver laços mais fortes de lealdade, etc. O que é que aconteceu

antes? Não havia relação de transparência entre o Conselho de Administração e o acionista?

O Sr. Dr. **Vítor Ângelo Mendes da Costa Martins**: — Sr. Deputado Moisés Ferreira, também já tive ocasião de abordar esse tema.

Do meu ponto de vista, a minha relação, enquanto Presidente do Conselho de Administração da Caixa Geral de Depósitos, com o acionista Estado durante o Governo em que o Ministro das Finanças foi o Professor Campos e Cunha foi absolutamente transparente e leal.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Moisés Ferreira** (BE): — Terminarei rapidamente.

Como compreende, estava a fazer-lhe estas perguntas porque, por um lado, tivemos o Dr. Campos e Cunha a dizer que queria manter a Administração da Caixa, depois tivemos o ex-Primeiro-Ministro, José Sócrates, a dizer em público que era o Dr. Campos e Cunha que queria demitir a Administração da Caixa e ainda tivemos aqui um ex-Ministro das Finanças, o Prof. Teixeira dos Santos, que, enfim, reiterou problemas de comportamento e de funcionamento do Conselho de Administração. Por isso, gostaria que deixasse claro se havia ou não esses problemas.

O Dr. Vítor Martins já disse também que a única conversa que teve com o Dr. Teixeira dos Santos foi uma conversa de poucos minutos, para ser demitido do seu cargo.

Faço-lhe uma pergunta que, se calhar, até é mais de opinião, mas não poderia deixar de a fazer: se o acionista Estado ou seu representante tinha dúvidas sobre a transparência, o funcionamento, o comportamento do Conselho de Administração, não deveria, antes, ter convocado uma reunião

urgente para abordar esses temas? Não achou que deveriam ter tido uma conversa anterior sobre isso?

O Sr. Dr. **Vítor Ângelo Mendes da Costa Martins**: — Sr. Deputado Moisés Ferreira, há pouco, numa resposta que dei, disse que ia preparado para uma troca de impressões sobre os desafios que a Caixa enfrentava e sobre a situação da Caixa, o que não ocorreu.

Além disso, pedia a sua compreensão para não emitir mais nenhum comentário.

O Sr. **Presidente**: — Passamos, agora, ao Grupo Parlamentar do CDS-PP.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Almeida.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Presidente, queria, em primeiro lugar, em nome do Grupo Parlamentar do CDS-PP, cumprimentar o Sr. Dr. Vítor Martins e agradecer os esclarecimentos que já deu, que, naturalmente, poupam muitas das questões que tínhamos para colocar.

Começo por colocar questões exatamente no ponto em que o Sr. Deputado Moisés Ferreira terminou.

A primeira questão que queria colocar, Sr. Doutor, é: qual é a relação que consegue estabelecer entre a conversa que teve com o Sr. Ministro das Finanças Teixeira dos Santos e o comunicado do Ministério das Finanças no momento em que a Administração liderada por si foi demitida?

O Sr. Dr. **Vítor Ângelo Mendes da Costa Martins**: — Nenhuma.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Portanto, aquilo que veio no comunicado, como estava a responder ao Sr. Deputado Moisés Ferreira, não foi minimamente objeto da conversa que tiveram?

O Sr. Dr. **Vítor Ângelo Mendes da Costa Martins**: — Não foi, Sr. Deputado.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Efetivamente, o Sr. Prof. Teixeira dos Santos também, quando aqui foi ouvido — e isto é só para contextualizar a pergunta que vou fazer a seguir —, não fez referência a esse comunicado nem ao seu conteúdo e percebemos bem porquê.

A justificação que deu para a demissão da Administração foi que, quando tinha tomado posse, havia um clima na comunicação social, no espaço público — não quero estar a citar de cor, portanto, faço uma referência genérica —, de alguma instabilidade relativa à Administração da Caixa Geral de Depósitos e que havia duas opções, e aí foi claro: ou reiterar a confiança ou substituir. E pareceu-lhe mais adequado, naquela altura, substituir.

Sobre esses rumores, esse clima de intranquilidade no espaço público, houve algum momento da conversa em que isso fosse abordado? O Sr. Prof. Teixeira dos Santos, enquanto Ministro das Finanças, transmitiu ao Sr. Doutor essa preocupação? Em algum momento disse que havia essas duas opções e que tinha optado pela de clarificar a situação, como aqui disse, e nomear um novo conselho de administração?

O Sr. Dr. **Vítor Ângelo Mendes da Costa Martins**: — Não, Sr. Deputado, não creio.

Como disse há pouco, há coisas que não conseguimos reproduzir, mas essa reunião foi tão impressiva que guardo os contornos exatos da conversa. Não consigo reproduzir palavras, mas estou absolutamente convicto em dizer que não houve qualquer referência a rumores ou a notícias de comunicação social, nem a uma eventual instabilidade na Caixa Geral de Depósitos.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Presidente, só para encerrar este ponto, pedia só mais uma clarificação.

O Sr. Prof. Teixeira dos Santos, várias vezes ao longo do seu depoimento nesta Comissão, disse que as posições do acionista eram tomadas pelo Ministério das Finanças e que ele poderia responder pelo Ministério das Finanças, centralizando sempre a questão acionista no Ministério das Finanças. O que queria perguntar, se é possível esse esforço de memória, é se, quando foi transmitida a decisão de demissão da administração, foi precisado se era uma decisão do Ministério das Finanças ou do Governo.

O Sr. Dr. **Vítor Ângelo Mendes da Costa Martins**: — Sr. Deputado João Almeida, queria ser absolutamente rigoroso. Creio que foi transmitido como uma posição do Governo, mas não queria ser, digamos, absolutamente perentório, porque — aqui está! — o Sr. Deputado João Almeida já conseguiu encontrar um ângulo em que eu, de uma reunião que pensava que tinha todos os elementos na cabeça, já descobri aqui um em que não consigo ser perentório.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Não foi de propósito!



O Sr. Dr. **Vítor Ângelo Mendes da Costa Martins**: — Creio que o Sr. Ministro das Finanças me disse que era uma decisão assumida pelo Governo. Creio que até a enquadró dizendo que aquele era um momento difícil para ele — e compreendo que fosse, mas para mim ainda foi mais. Foi difícil para os dois, o que compreendo, mas não consigo ser perentório na resposta à questão que o Sr. Deputado João Almeida me pôs.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Doutor, não vou explorar a questão, respeitando exatamente isso. Portanto, ficamos com essa resposta e com a reserva que o Sr. Doutor fez questão de transmitir.

Depois, há uma outra questão que tem a ver com Espanha. Já falámos mais nesta audição sobre Espanha e sobre a ação da Caixa Geral de Depósitos em Espanha do que no conjunto das audições dos três Ministros das Finanças que trabalharam com o Sr. Doutor, enquanto presidente. Quer dizer, em relação ao Prof. Teixeira dos Santos não foi propriamente trabalhar, mas ainda foi Ministro nessa altura.

Quer o Prof. Campos e Cunha, quer o Dr. Bagão Félix disseram que, pelo pouco tempo que tiveram de exercício de funções, relativamente às questões estratégicas, designadamente a questão internacional do Grupo Caixa e, concretamente, a questão de Espanha, não tinham tido, da parte deles, enquanto representantes do acionista, uma ação muito marcante.

No entanto, sabemos, de notícias que entretanto foram publicadas, quer na altura, quer posteriormente, que, em 2005, começou, e isso já aqui foi também visto, uma fase de intensificação da presença da Caixa Geral de Depósitos em Espanha. Portanto, a primeira pergunta que faço é a seguinte:

este impulso que é dado relativamente à presença em Espanha foi algo que surgiu da Administração, foi algo discutido com o acionista? E, se foi discutido com o acionista, em que momento?

O Sr. Dr. **Vítor Ângelo Mendes da Costa Martins**: — Sr. Deputado João Almeida, a questão de Espanha, que era uma das questões, de facto, muito relevantes para o Grupo Caixa Geral de Depósitos, foi abordada por mim em diversas reuniões com os dois ministros, o Ministro Bagão Félix e o Ministro Campos e Cunha.

A iniciativa de relançar crescimento orgânico do banco em Espanha foi da Administração da Caixa Geral de Depósitos. Não houve nenhuma recomendação estratégica ou orientação estratégica específica.

De resto, não tenho qualquer, digamos, receio de aqui poder dizer, inclusivamente, o seguinte: quer do Ministro Bagão Félix, quer do Ministro Campos e Cunha, senti sempre alguma reticência sobre o futuro da operação em Espanha. Nunca senti nem o Ministro Bagão Félix nem o Ministro Campos e Cunha entusiasmados com o crescimento da operação em Espanha.

Portanto, a decisão foi uma opção da Administração da Caixa Geral de Depósitos, mas em diálogo com o acionista, porque era uma questão estratégica e colhi, antes das decisões que, há bocado, aqui tive ocasião de referir, a posição do acionista sobre esse crescimento em Espanha.

Mas, na altura — se o Sr. Deputado me permite que faça já um comentário adicional sobre a Espanha —, a nossa opção por crescer organicamente em Espanha foi por ter falhado o crescimento por aquisição, desde logo, mas também porque vivíamos o período inicial, ainda, da integração do euro — tínhamos tido um mercado único e estávamos no início do euro —, a integração das duas economias, portuguesa e espanhola, estava a conhecer um auge, era um momento de grande apetite de empresas

portuguesas sobre Espanha, a economia espanhola crescia mais do que a portuguesa, com uma situação de finanças públicas, aliás, muitíssimo boa, de que me recordo bem, e o próprio Governo tinha anunciado que a prioridade da internacionalização da economia era Espanha.

Ora, pareceu ao Conselho de Administração da Caixa que, com este enquadramento, não seria razoável, naquele momento, sair do mercado espanhol, mantendo-se, portanto, o Banco Caixa Geral, como veio a ser chamado o banco em Espanha, para poder apoiar essa internacionalização das empresas portuguesas no mercado espanhol.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Doutor, de facto essa explicação é verdade. Todos nos lembramos das três prioridades do Primeiro-Ministro de então, que eram «Espanha, Espanha, Espanha», e das entrevistas que deu, inclusive ao *El País*, falando exatamente desse momento.

Isso leva-me a voltar ao tema anterior, por estranheza, e a perguntar: depois do que disse relativamente ao Ministro das Finanças Bagão Félix e do que disse em relação ao Ministro das Finanças Campos e Cunha, provavelmente, a Administração da Caixa com quem estava mais alinhada em relação a Espanha era, curiosamente, com o Primeiro-Ministro do Governo socialista, que tinha acabado de tomar posse, aquele Governo que acabou por demitir esse Conselho de Administração.

O Sr. Dr. **Vítor Ângelo Mendes da Costa Martins**: — Sr. Deputado, como se veio a demonstrar, o Conselho de Administração era bastante desalinhado, pelo que aconteceu...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Não parece!

O Sr. Dr. **Vítor Ângelo Mendes da Costa Martins**: — Mas, na realidade, as nossas convicções, enquanto Conselho de Administração, eram de que o mercado espanhol era importante para a economia portuguesa e era importante ter um banco português em Espanha que pudesse apoiar essa internacionalização.

O facto de ter dito que notei sempre pouco entusiasmo por parte dos dois ministros tinha a ver com alguma desconfiança que tinham sobre a operação alguma vez vir a ser rentável. De facto, o mercado espanhol era um mercado difícil, disso todos tínhamos consciência, mesmo a Administração da Caixa sabia que era uma aposta difícil.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado João Almeida.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Doutor, já foi aqui falado também o plano que depois veio a ser executado para essa operação em Espanha, o qual já não foi definido, como disse, pela Administração que liderou, mas poder-se-á dizer que é consequência natural dos passos que começaram a ser dados pela Administração que liderou?

O Sr. Dr. **Vítor Ângelo Mendes da Costa Martins**: — Sr. Deputado, sem dúvida. Isso posso dizer porque, de facto, foi: ponto um, crescimento orgânico; ponto dois, uma nova equipa executiva, com elementos que conhecessem bem o mercado espanhol. Portanto, é a partir daí que se desencadeia um plano estratégico para a operação em Espanha, que vem na sequência de opções que o Conselho de Administração tomou e que não enjeito.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Doutor, portanto, considera que os objetivos na altura definidos por esse plano, posteriormente à Administração que o Sr. Doutor liderou, de duplicar o número de clientes, triplicar os ativos sob gestão, duplicar o balanço, duplicar o número de agências, que levaram a um investimento de 250 milhões em aumento de capital na operação em Espanha, eram objetivos realizáveis, embora tivessem risco, que iriam em linha daquilo que começou a ser definido em 2005?

O Sr. Dr. **Vítor Ângelo Mendes da Costa Martins**: — Sr. Deputado, não conheço bem e já não tenho memória do plano estratégico de que estamos a falar, mas, indiscutivelmente, o plano de reforço da operação em Espanha, com abertura de balcões, com maior agressividade comercial, conquistando cotas de mercado, incluindo no crédito hipotecário e noutros segmentos, em depósitos, tem sequência numa opção que nasce do Conselho de Administração a que presidi. Aliás, foi talvez mesmo das últimas grandes decisões que o Conselho de Administração em que estive tomou. Isso confirmo.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Doutor, o que acha que falhou para não se terem concretizado os objetivos que estavam na base desse crescimento em Espanha e dessa opção estratégica?

O Sr. Dr. **Vítor Ângelo Mendes da Costa Martins**: — Sr. Deputado João Almeida, com todo o respeito, pediria para não fazer comentários sobre algo que eu não vivi. Poderia aqui fazer especulações, mas acho que, nesta Comissão e neste contexto, não o devo fazer.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Doutor, não me leve a mal insistir mas, tendo sido Presidente da Caixa Geral de Depósitos, tendo estado na origem desta opção, e assumindo isso com toda a transparência e convicção, havendo informação, que é pública, desde logo dos relatórios e contas da Caixa — que admito que não sejam indiferentes a quem presidiu à instituição e terá, com certeza, alguma curiosidade sobre os relatórios e as contas da instituição daí para a frente — , daquilo que é possível analisar, sem emitir juízos de valor, quais são as consequências diretas da operação em Espanha e os riscos, que admitiu também que sabia que existiam nessa opção?

O que é que, em termos factuais, sem emitir juízos de valor, entende que aconteceu em Espanha que tenha motivado que não fosse possível atingir os objetivos que, naquela altura, fizeram com que se optasse pelo reforço da presença em Espanha e não pela saída de Espanha, como era alternativa? Ainda há pouco se viu, em relação ao relatório da Roland Berger, que ficar naquela situação é que não, e já aqui foi dito também por outros depoentes que ficar naquela situação era insustentável, portanto, ou se reforçava, ou se saía.

O que esteve na base da decisão de reforço que não se concretizou e que impediu que se atingissem os objetivos, sem emitir juízos de valor?

O Sr. Dr. **Vítor Ângelo Mendes da Costa Martins**: — Sr. Deputado João Almeida, como disse e reitero, tenho alguma dificuldade em fazer uma avaliação daquilo que correu mal.

Provavelmente, haverá um conjunto de razões muito vasto, entre as condições de mercado — que se alteraram também, bastante — e, porventura, apostas em setores que foram mais vulneráveis, em termos de atividade do banco em Espanha e que se revelaram mais vulneráveis à própria crise posterior...

Estou aqui um pouco num terreno de conjetura, em que não gostaria de estar, mas como quis respeitar a questão que o Sr. Deputado João Almeida me colocou... Sei também que houve um alargamento da atividade em Espanha, se estou certo, já posterior às minhas decisões, que foi uma sucursal da Caixa — Banco de Investimento em Espanha e que, portanto, somou às operações da banca de retalho, da banca comercial que existia, uma banca de investimento.

Ou seja, pode ter havido muitas razões, umas exógenas, outras endógenas, mas tenho dificuldade em estar aqui a emitir uma avaliação sobre a execução desse projeto.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, faça favor.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Doutor, para terminar, coloco uma questão sobre alguns projetos, algumas operações de financiamento que têm sido noticiadas como sendo responsáveis por uma parte significativa das imparidades que, ao longo dos últimos anos, a Caixa Geral de Depósitos tem sido obrigada a registar e que foram abordadas na audição do Prof. Teixeira dos Santos, tendo sido dado a entender pelo Prof. Teixeira dos Santos que uma parte dessas operações já vinha de trás. Ou seja, todas elas eram de decisão das administrações e,

portanto, não tinham tido intervenção dos governos, mas que tinha ideia de que não respeitavam apenas a um período de gestão.

Portanto, o que ia perguntar, para ser claro, é, relativamente a algumas delas, se efetivamente o Sr. Doutor tem memória de serem processos que estavam iniciados quando deixou de exercer funções.

Claramente pergunto sobre o projeto de Vale de Lobos, sobre o projeto do financiamento das autoestradas do Douro-Litoral, sobre o Grupo Lena e financiamentos ao Grupo Lena, sobre o grupo espanhol La Seda, sobre o grupo espanhol Pescanova e, muito em concreto, sobre a questão do financiamento à aquisição de ações do BCP, porque, muito concretamente, o Prof. Teixeira dos Santos tinha ideia de que esse tipo de operações tinham começado na administração anterior àquela que ele nomeou.

Gostava, assim, de perguntar se tem memória de algum destes processos e, muito concretamente, da intervenção da Caixa Geral de Depósitos, no período em que presidiu ao Conselho de Administração, no financiamento de aquisição de ações do BCP a investidores privados.

*Pausa.*

O Sr. Dr. **Vítor Ângelo Mendes da Costa Martins**: — Sr. Deputado João Almeida, na realidade, a resposta é muito simples da minha parte: não tenho qualquer ideia de ter havido alguma operação, durante o meu Conselho de Administração, que tivesse concorrido para imparidades e menos-valias potenciais como aquelas que têm sido mencionadas.

De resto, em 2005 — foi quando saí —, quer o relatório semestral, quer o relatório anual evidenciam uma posição da Caixa Geral de Depósitos, em termos de risco de carteira de crédito, seguramente comparável com a média do setor, mas talvez até melhor. Penso que a cobertura para imparidades até melhorou durante esse período.



É o que posso dizer, Sr. Deputado.

O Sr. **Presidente**: — Os grupos parlamentares indicaram-me todos que prescindem da segunda ronda e, portanto, resta-me agradecer ao Dr. Vítor Martins a sua presença aqui, os contributos que deu para a discussão e...

O Sr. Dr. **Vítor Ângelo Mendes da Costa Martins**: — Sr. Presidente, dá-me só 30 segundos?

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Doutor.

O Sr. Dr. **Vítor Ângelo Mendes da Costa Martins**: — São só 30 segundos, não quero maçar a Comissão, apenas para dizer que vim aqui de boa-fé e com muito gosto prestar depoimento naquilo que me foi possível recordar.

Espero que tenha sido útil para a Comissão e para os vossos trabalhos e acho que ainda não é tarde para poder desejar a todos um bom ano.

Assim ainda vou ver o jogo do Sporting.

*Risos.*

O Sr. **Presidente**: — Foi a única parte da sua audição que correu mal, foi esta do Sporting.

*Risos.*

Srs. Deputados, dou por encerrada a reunião.

*Eram 19 horas e 32 minutos.*

A DIVISÃO DE REDAÇÃO E APOIO AUDIOVISUAL.